

Agora

NÚMERO 29 domingo, 11 de julho 2021

JORNAL LABORATÓRIO
DO CURSO DE CIÊNCIAS
DA COMUNICAÇÃO / JORNALISMO
INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DA MAIA - ISMAI
Este jornal académico faz parte integrante do Jornal de Notícias
de 11 de julho de 2021 e não pode ser vendido separadamente



**LIBERDADE DE
IMPrensa**

QUEM TE DEMORA?



Ilustração de: André Carrilho 2021

Ilustrador e caricaturista, Carrilho conquistou vários prémios nacionais e internacionais, designadamente no PortoCartoon-World Festival. Colabora habitualmente com publicações estrangeiras, como o New York Times, New Yorker e Vanity Fair, além do DN.

FICHA TÉCNICA

EDITOR: Luíz Humberto Marcos Coordenador do Curso

COORDENAÇÃO: Sara Oliveira, Sílvia Rodrigues

REDAÇÃO: Alexandra Silva, Ana Carneiro, Ana Sousa, Carlos Gomes, Filipa Rios, Francisco Campos, Helena Antunes, Hugo Taveira, Inês Mota, Isabel Moreira, Janiina Vaz, João Pereira, João Santos, Laura Correia, Luíz Oliveira, Maria Fonseca, Maria Marques, Mariana Andrade, Marta Brandão, Mónica Monteiro, Nuno Tavares, Patrícia Stanton, Pedro Moreira, Raquel Mendonça, Sara Quintela, Sara Oliveira, Sílvia Rodrigues

MATRIZ GRÁFICA: Cláudio Carvalho

GRAFISMO: Joana Soutosa, Juliana Leão, Daniela Graça (coordenação)

CARTOONS: Fornecidos pelo Porto Cartoon / Museu Nacional da Imprensa

FOTOGRAFIA: Luíz Humberto Marcos, Inês Gomes da Silva, Isabel Moreira, Janiina Vaz, Joana Soutosa, Juliana Leão, Sara Oliveira, Sílvia Rodrigues, Vitor Costa

ENDEREÇO:
Instituto Universitário da Maia - ISMAI
Av. Carlos Oliveira Campos
Castêlo da Maia
4475-690 Avioso S. Pedro
Tel. (351) 229 866 000
ONLINE: www.ismai.pt – info@ismai.pt
IMPRESSÃO: Navprint
ISBN: 978-989-8609-16-8

Ágora
DIGITAL

www.facebook.com/jornal.agora
<http://agora.ismai.pt>

ÍNDICE

BICENTENÁRIO DA LIBERDADE DE IMPRENSA.....	3
INQUÉRITO SOBRE A LIBERDADE DE IMPRENSA.....	4
DIRETORES DE JORNAIS E REVISTAS.....	5
DIRETORES DE RÁDIOS.....	14
DIRETORES DE TV'S.....	16
DIRETORA DA AGÊNCIA LUSA.....	17
DIRETOR DO OBSERVADOR.....	18
PRESIDENTE DO SJ.....	18
PROVEDOR DO PÚBLICO.....	19
EX-PROVEDOR RTP.....	19
PANDEMIA REDUZ LIBERDADE NO MUNDO.....	12
PORTUGAL SOBRE 21 LUGARES.....	13
RIBEIRA DE PENA - REPORTAGEM FOTOGRÁFICA.....	20
A CARTA DA DISCÓRDIA BUSTAMANTE, AMIGO DE PORTUGAL E DO ISMAI.....	24

linha curva

LIBERDADE DE IMPRENSA: EVOCAR E APROFUNDAR

Uma grande reportagem sobre as transformações de Ribeira de Pena esteve delineada em 2020, com tudo marcado para março. O surto covid 19 travou o projeto, entretanto perspetivado para março de 2021.

De novo, a pandemia impôs um recuo. Entretanto, as águas da barragem de Daivões começaram a subir. A paisagem está a mudar.

Não podendo fazer-se a grande reportagem prevista, não quisemos deixar de lado a oportunidade de registar a transformação que está a acontecer. E por isso esta edição do *Ágora* traz uma reportagem fotográfica especial. Mostra-se o antes e o agora, em zonas abrangidas pela barragem. Este não é, todavia, o tema principal desta edição. A liberdade de imprensa, tema sempre atual, enche as páginas do *Ágora*.

Assinala-se precisamente em 2021 o bicentenário da primeira lei da Liberdade de Imprensa. Não basta comemorar, impõe-se refletir sobre percursos e, sobretudo, sobre a atualidade e o futuro do jornalismo.

Por isso o bicentenário foi apenas um pretexto para o grande inquérito lançado sobre o tema. A liberdade de imprensa é plena? Que limitações existem? Temos censura ou autocensura? Qual o peso dos constrangimentos tecnológicos e económicos no quotidiano dos jornalistas? Que perspetivas existem para o jornalismo e para a democracia? Estas são algumas das preocupações vertidas para o ques-

tionário geral.

Ouvimos vinte diretores dos média e outras personalidades. A diversidade de opiniões mostra que o tema da liberdade de imprensa é quente. Oportuno nos tempos que correm, mesmo sabendo-se que Portugal está no top 10 da liberdade de imprensa, no mundo.

O panorama da liberdade de imprensa traçado constitui um painel de reflexões incisivas sobre um tema que interessa a todos. E o humor dos cartoons aguça os olhares.

Não há democracia sem liberdade de imprensa. Esta é possivelmente o melhor barómetro da vida democrática. Interagem como vasos comunicantes. E inquinam-se mutuamente. Ou reforçam-se na interação.

Nunca se poderá considerar que a liberdade está garantida para sempre. Ela exige luta permanente. O mapa da liberdade no mundo mostra que tem havido retrocessos. Mesmo que tenham passado séculos, o soneto de Bocage (1765-1805) “Liberdade, onde estás? Quem te demora” continua a interrogar-nos. Com reflexo quotidiano nos media.

A imprensa – os media – deve ser sempre um bastião da liberdade. O oxigénio da democracia

Luíz Humberto Marcos

IPMAIA INSTITUTO POLITÉCNICO DA MAIA
ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS, EDUCAÇÃO E DESPORTO www.ipmaia.pt ANO LETIVO 2021/2022

MESTRADOS

- Condição Física no Desporto e Exercício
- Solicitadoria

Nome: Solicitadoria Empresarial
Subordinada de Educação

LICENCIATURAS

- Desporto, Condição Física e Bem-Estar
- Educação Social
- Solicitadoria
- Treino Desportivo

(Confere Grau de treinador de futebol entre outras modalidades) - Consultar modalidades no site www.ipmaia.pt

CURSOS TÉCNICOS SUPERIORES PROFISSIONAIS - CTeSP

- Acompanhamento de Crianças e Jovens
- Desporto e Turismo de Natureza
- Lazer Desportivo
- Serviço Familiar e Comunitário

- Serviços Jurídicos
- Treino Desportivo de Jovens

(Confere Grau de treinador através de curso duplo certificação) - consultar condições e modalidades no site www.ipmaia.pt

ISMAI INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DA MAIA
DEPART. DE CIÊNCIAS SOCIAIS E DO COMPORTAMENTO www.ismai.pt ANO LETIVO 2021/2022

LICENCIATURAS

- Criminologia
- Psicologia

MESTRADOS

- Criminologia
- Psicologia Clínica e da Saúde
- Psicologia Escolar e da Educação
- Psicologia Clínica Forense - Intervenção com Agressores e Vítimas

- Psicologia Clínica e da Saúde
- Psicologia Escolar e da Educação

DOUTORAMENTO

- Psicologia - Especialidade de Psicologia Clínica

ISMAI INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DA MAIA
DEPART. DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTO www.ismai.pt ANO LETIVO 2021/2022

LICENCIATURAS

- Educação Física e Desporto
- Gestão do Desporto

MESTRADOS

- Ciências da Educação Física e Desporto
- Especialização em Exercício Físico e Saúde
- Ciências da Educação Física e Desporto
- Especialização em Treino Desportivo

(Confere Grau de treinador de futebol entre outras modalidades)

- Ensino da Educação Física nos Ensinos Básico e Secundário
- Observação e Análise de Jogo em Futebol*
- Gestão do Desporto

DOUTORAMENTO

- Ciências do Desporto
- Especialidades: Exercício e Saúde
- Rendimento Desportivo

LICENCIATURAS

- Energias Renováveis
- Gestão de Empresas

Opções: Marketing; Finanças; Contabilidade; Gestão Industrial

- Gestão de Marketing
- Gestão de Recursos Humanos
- Turismo

MESTRADOS

- Gestão de Empresas
- Gestão Estratégica de Recursos Humanos

- Transformação Digital
- Turismo, Património e Desenvolvimento

* Curso em EAD (Ensino-Aprendizagem Digital) submetido a acreditação prévia à A3ES

* Curso em EAD (Ensino-Aprendizagem Digital) submetido a acreditação prévia à A3ES



BICENTENÁRIO DA LIBERDADE DE IMPRENSA

UMA HISTÓRIA DOLOROSA

QUE O 25 DE ABRIL ILUMINOU

Luiz Humberto Marcos

Há 200 anos, estava aprovada a primeira lei de Liberdade de Imprensa, consequência direta da revolta liberal do Porto, em agosto de 1820. Foi uma lei progressista que o miguelismo em breve haveria de renegar. Até lá tinham sido longos e dramáticos os caminhos da liberdade, desde a chegada do invento de Gutenberg, no Séc. XV. Um período negro que, depois de pequenos interregnos, haveria de prolongar-se até ao 25 de abril de 1974.

Desde as primeiras impressões com tipos móveis feitas em Portugal (1487) até 2021, passaram-se mais de cinco séculos (534 anos). E desde a chegada de censura com a Inquisição (em 1536) já lá vão 485 anos. Se lhe retirarmos os 47 anos de pós- 25 de abril sem censura, ficam cerca de 440 anos. Ou seja, se reduzirmos alguns períodos em que a censura deixou de existir ou foi branda, ficarão 435 anos, aproximadamente. Este é o tempo de censura encartada a que Portugal foi sujeito: 435 anos.

Com efeito, a Inquisição controlava, desde 1536, o que se pensava e escrevia no país. Com o apoio de bulas papais, de listas de livros proibidos por Roma e com os cortejos e fogueiras inquisitoriais, o país foi eliminando as ideias contrárias à ortodoxia de reis - ou ditadores - e papas, quase sempre em boa comunhão.

Foi assim que

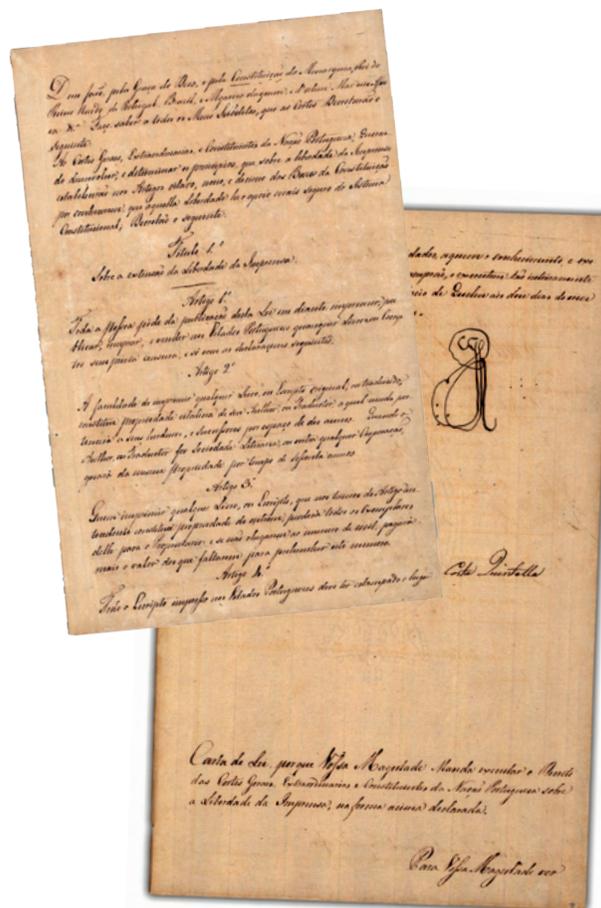
- a 2ª edição de Os Lusíadas, de Camões, ficou cortada nas partes relativas à ilha dos amores.
- obras de Gil Vicente, Damião de Gois e Sá de Miranda foram censuradas, proibidas ou queimadas...
- o Padre António Vieira esteve preso por causa dos seus escritos, proibidos.
- o dramaturgo António José da Silva (O Judeu) foi, aos 34 anos, morto por garrote e queimado num dos celebrados autos de fé de Lisboa, em outubro de 1739.
- Gabriel Malagrida veio a ser igualmente condenado e queimado, por causa do seu livro “Tractatus de Vita, Imperio anti-Christi”, em setembro de 1761.
- Barbosa du Bocage esteve preso e viu os seus livros apreendidos, no final do Séc. XVIII.
- Almeida Garrett, já depois do grito liberal de 24 de agosto, sofreu um processo por causa do seu poema Retrato de Vénus, editado em Coimbra em 1821 e considerado obsceno.
- até mesmo durante a 1ª República, se publicou a lei que deixará para sempre a maior demonstração da censura, através dos espaços em branco que os jornais da época ostentam, em 1916-19.
- diversos jornais clandestinos foram aparecendo, a começar pelo “Espectro” (1846-47), de António Rodrigues Sampaio, e a terminar no Avante, o mais duradouro, para romper com a Censura.
- vários escritores foram presos ou se exilaram, em resultado do policiamento oficial do pensamento português.
- comissões de Censura, com nomes variados e para todos os gostos, foram cortando, retocando e proibindo milhares – talvez milhões! – de textos de livros e jornais...
- na ditadura de Salazar, se criou o carimbo “visado pela

SEM PRÉVIA CENSURA

O Artigo 1º da Lei da Imprensa de 1821 defende pela primeira vez em Portugal que:

Toda a pessoa pode, da publicação desta lei em diante imprimir, publicar, comprar e vender nos Estados Portugueses quaisquer livros ou escritos sem prévia censura

A Lei fora aprovada pelas Cortes liberais a 4 de julho e promulgada pelo rei D. João VI, recém-chegado do Brasil, no dia 12 de julho de 1821.



1.ª e última página da Promulgação da Lei por D. João VI

censura” que todos os jornais e revistas deveriam mostrar, escondendo os muitos milhares de cortes e proibições.

- muitas publicações foram impedidas de entrar em Portugal, fossem livros, jornais ou revistas, por terra, mar ou ar.
- vários impressos – jornais, folhetos, livros, cartazes, gravuras e desenhos - foram vigiados, suspensos e proibidos.
- estiveram interditos: o “Dicionário crítico de algumas ideias e palavras correntes”, de Antonio José Saraiva; “A Vida Sexual” (1902), do Nobel Egas Moniz; o Esperanto Internacional; e, entre tantos outros, a “Introdução à Modernidade” (1962), de Henri Lefebvre.
- a Censura de Salazar apreendeu “As Histórias de Amor” (1952), de José Cardoso Pires.
- a escritora Natália Correia esteve presa e viu a sua “Antologia da Poesia Erótica e Satírica” (1959), entre outros livros, proibida.
- as “três marias” (Maria Isabel Barreno, Maria Velho da Costa e Maria Teresa Horta) foram processadas por terem escrito “Novas Cartas Portuguesas” (1972), cujo julgamento terminou, pouco depois do 25 de abril de 1974, com a absolvição.
- mesmo sob a ameaça dos diversos tons de censura, sempre surgiram vozes contrárias a lutar pela liberdade, através de manifestos, ensaios, desenhos, gravuras, filmes, panfletos, protestos.

E foi assim que se chegou à extinção dos sistemas de censura oficial, com a queda da última ditadura portuguesa provocada pelo heroico Movimento dos Capitães de Abril (25 de abril de 1974).

Falar da liberdade de imprensa, exígua ou alargada, impõe sempre uma adequada contextualização histórica. As limitações à liberdade têm várias roupagens e expressam bem que o Poder – seja ele qual for – tem medo da liberdade e do saber.

A nossa história, antes e depois da 1ª lei de Imprensa, mostra à evidência que os poderes, nos seus diferentes matizes, temem a liberdade de expressão. A perspectiva ‘voltairiana’, dos iluministas, ainda encontra muitas resistências. A liberdade é um cristal ou planta frágil. Que as tecnologias do ecrã podem pôr em risco no seu poder virtual e aparentemente invisível. A sociedade da ecranvidência em que estamos inseridos tem seduções e perigos.

De qualquer modo, hoje - mesmo que a liberdade de imprensa seja alvo de avaliações contraditórias - uma coisa é certa: estamos a viver, desde o 25 de abril de 1974, o período mais longo da história portuguesa sem regime de censura. Quase meio século de LIBERDADE! E este bem é preciso respirá-lo... para sempre.



QUESTIONÁRIO SOBRE A LIBERDADE DE IMPRENSA

1

Em termos sintéticos, que ponto de situação faz das práticas da liberdade de imprensa hoje em Portugal? Há mais ou menos liberdade do que no final do Séc. XX?

2

Acha que a pressão do mercado e o controlo tecnológico dificultam o exercício da liberdade nos média, sugerindo eventuais práticas de censura ou autocensura?

3

As redes sociais, conjugadas com as 'fake news', retiram espaço ao jornalismo ou reforçam as singularidades da profissão e a sua afirmação como esteio das democracias?

4

Com que perspetivas vê o futuro do jornalismo?

A liberdade de imprensa como pulmão da democracia tem estado no centro das mesas de debate. Desde que a pandemia Covid 19 atingiu o mundo, o tema tem despertado a atenção daqueles que descrevem um cenário de pressões de natureza económica, judicial e política. O Ágora lançou um inquérito com 4 questões nucleares sobre a problemática da liberdade de imprensa em Portugal, na atualidade. Ouvimos os responsáveis máximos dos principais média portugueses, entre outras personalidades. Ao todo são 24 depoimentos. Diferentes olhares e sensibilidades que caracterizam o jornalismo da atualidade.

A análise mostra diferentes opiniões, mas muitas coincidem na polarização dos impactos económicos sobre o exercício da liberdade.

Se existe quem, à semelhança de Manuel Carvalho (Público), acredite não existirem diferenças significativas entre as práticas da liberdade de imprensa nos últimos anos, há também quem

defenda a ideia de que o jornalismo está a ser “estrangulado”. Octávio Ribeiro (Correio da Manhã), explica que existe uma “mão direita que está no controlo do capital (...) e uma mão esquerda que está nas alterações legislativas e na tenaz administrativa”.

À liberdade são colocados entraves que fazem dela um dado não adquirido. Para a sua manutenção não bastam as leis que a consagram, mas sim “determinação para que [...] um direito fundamental não esteja dependente de boas vontades”, como explica Ricardo Miguel Oliveira, diretor do Diário de Notícias da Madeira.

Mas se a internet veio democratizar o acesso à informação, também colocou entraves ao exercício do jornalismo. A força dos gigantes tecnológicos mundiais “não leva a políticas de autocensura, mas coloca uma enorme pressão, sobretudo para quem depende de conteúdos grátis”, como refere Ricardo Costa (SIC).

Além dos diretores dos média, ouvimos o único

provedor em funções na atualidade, Barata-Feyo, e o ex-provedor da RTP, Jorge Wemans. Barata-Feyo tem uma visão singular sobre as redes sociais: “Numa imagem fácil as redes sociais são como as beatas à saída da missa ou como os bêbados à porta da taberna: anónimos nas críticas que fazem, ao mesmo tempo que se apoiam e reconfortam uns aos outros. São o contrário do que deve ser o jornalismo”. Por sua vez, Wemans toca num ponto pouco abordado, as audiometrias. A liberdade “está ainda muito condicionada pelas audiometrias que impõem “sugestões” muito fortes do que deve se tratado pelos jornalistas a partir das indicações recebidas sobre o que foi mais visto, “clicado”, ouvido, lido...”.

Apesar de Portugal ocupar o 9.º lugar no Índice Mundial da Liberdade de Imprensa é, para muitos dos diretores, inegável a sua “deterioração” no período da pandemia que contribuiu, sobretudo, para a limitação da liberdade de informação.



LICENCIATURAS

- > Arte Multimédia
- > Ciências da Comunicação

- > Informática
- Ramos: Computação Móvel, Redes e Cibersegurança, Business Intelligence
- > Tecnologias de Comunicação Multimédia

MESTRADOS

- > Cinema e Cultura Digital
- > Informática*
- > Jornalismo em Ambientes Multiplataforma
- > Tecnologias da Informação, Comunicação e Multimédia

Ramos: Produção Multimédia, Informática e Segurança da Informação, Telecomunicações

*Curso em EAD (Ensino-Aprendizagem Digital) submetido a acreditação prevista A3ES

JORNALISMO MULTIPLATAFORMA

- Mestrado em 3 Semestres
- Docentes de universidades portuguesas e espanholas





Açoriano Oriental

Paulo Simões – Diretor do Açoriano Oriental

Entre 1988 e 1996, trabalhou como jornalista freelancer para o Açoriano Oriental, mas foi a partir de 2002 que assumiu o cargo de diretor editorial do jornal.



Açoriano Oriental

“No dia em que o jornalismo livre desaparecer já antes a Democracia terá morrido”

1. A liberdade de imprensa não pode nunca ser encarada como um dado adquirido, é uma conquista que importa reconvocar “diariamente” com o nosso trabalho, seja na imprensa, na rádio, televisão ou plataformas online. Dito isto, em termos genéricos a liberdade de imprensa é a mesma, o que mudou, e continua a mudar para pior, é o sentimento de intolerância generalizado na sociedade e isso acaba por se refletir também no dia a dia dos jornalistas que se podem de alguma forma sentir condicionados na sua atividade.

“existe uma fortíssima tentativa de condicionamento da atividade jornalística”

2. A tecnologia veio alterar de forma significativa a perceção das pessoas em relação ao mundo que as rodeia condicionando e limitando o espectro “visual”. A vida com base nos algoritmos implica que tudo o que fazemos esteja a ser condicionado por terceiros cujo propósito é o lucro e o controle de setores que potenciem esse objetivo primordial. O jornalismo é uma das vítimas do progresso tecnológico que contribui para disseminar informação falsa ou intencionalmente deturpada. Estamos a construir uma nova sociedade e não necessariamente uma melhor

sociedade. Não sei se podemos falar em censura s.s. mas que existe uma fortíssima tentativa de condicionamento da atividade jornalística, parece-me claro.

3. As redes sociais transformaram-se em antros de desinformação com objetivos pouco nobres. Cabe ao jornalismo fazer o seu papel de sempre: contar a verdade baseada em factos e não se vergar aos interesses instalados.

4. O jornalismo irá manter a sua importância porque não há sociedade livre e democrática sem liberdade de imprensa e jornalismo de referência. No dia em que o jornalismo livre desaparecer já antes a Democracia terá morrido

DN Madeira

Ricardo Miguel Oliveira – Diretor do Diário de Notícias Madeira

Ocupa, desde 2010, o cargo de diretor do DNM, jornal a que pertence desde 1996. É, também, diretor da TSF-Madeira, desde 2004.



“Mais do que leis, códigos, regras, o que a imprensa precisa é de autenticidade, bom senso e perceção da missão”

1. As liberdades exigem luta permanente para que sejam preservadas e vividas plenamente em cada tempo. Compr-

vadamente, não bastam as leis que as consagram. Importa haver determinação para que, de forma permanente, aquele que é um direito fundamental não esteja dependente de boas vontades e de sentidos de humor.

A luta diária até à exaustão para que a autonomia editorial dos órgãos de comunicação social esteja a salvo de reles apetites e para que os direitos a informar e a ser informado não sejam condicionados nem limitados pelo poder político, seja ele qual for, tenha ou não tribos activas de comentadores e hábitos de partilha de delírios em redes sociais, exigem vigilância atenta.

Nesse exercício notamos por vezes perigosos bloqueios à nobre missão de informar, presentes nas tentativas de controle excessivo, nas restrições no acesso às fontes de informação, à conta da crise sanitária ou tendo esta como pretexto, nas limitações à investigação de temas delicados; na violência contra jornalistas; na demora da justiça em punir os autores dos crimes cometidos contra a imprensa instalando a sensação de impunidade; e nas represálias a quem questiona políticas governamentais.

E também constatamos Estado a mais nos meios de comunicação social. Mormente quando ousa: definir regras da cobertura noticiosa e tudo comentar; confundir trabalho jornalístico com propaganda e noticiários com tempos de antena; limitar o espaço da análise política e da opinião; ensaiar a censura prévia; sancionar com multas pesadas quem não obedecer a caprichos; e instrumentalizar os meios para que sejam promotores da clientela de passagem pelos centros de decisão é reprovável e merece reparo público. Ora, o Estado não tem competência editorial, nem mandato para impedir ou condicionar o trabalho dos jornalistas, por qualquer via. E muito menos pelo insulto.

Nesta cruzada não pode haver hesitações e cabe-nos a difícil tarefa de garantir que a imprensa seja incómoda, nunca deixe de questionar e não perca o dever de escrutínio. Deve fazê-lo balizada por valores e sem preconceitos, consciente das pretensões dos poderes e capaz de gerir pressões de todos os quadrantes, sempre em benefício dos seus públicos. Se assim for, dificilmente será silenciada.

2. As pressões são uma constante, multifacetadas e, nalguns casos, perfeitamente entendíveis. Cabe-nos a nós gerilas com mestria, o que exige conduta profissional irrepreensível, seriedade e coragem.

Quem abomina todo o tipo de intimidações e ocupações, tudo deve fazer o que estiver ao seu alcance para sejam mal-sucedidas. As ameaças, tal como as ofensas, não faltam. E há três em grande escala. Que tudo é notícia. E não. Há lixo a mais que obriga a que sejamos autênticas centrais de triagem. Que nada deve ser pago. E não. O que tem valor tem preço. Que há liberdade a mais e convém implementar novas restrições. E não. Mais do que leis, códigos, regras, o que a imprensa precisa é de autenticidade, bom senso e percepção da missão.

Mais preocupante, e que pode inibir a liberdade, são as ameaças que não controlamos, ditadas por baixos salários, por práticas abusivas que desregulam o mercado, pelo primado da falsidade, pela retórica anti-média em ascensão, assente no despudor verbal e na cobardia feita de perfis falsos nas redes e de comentários não assinados, e pelo ‘bullying’ encapotado, por vezes perpetrado por profissionais infiltrados e de passagem para outras aventuras.

“cresceu a firme convicção que a credibilidade é o maior bem do jornalista”

3. Com as redes, antros de desinformação por excelência, mas também de ignição de notícias, reportagens e até de porta de entrada nos média, aprendemos várias lições, ficamos mais expostos à crítica e ganhamos novas audiências.



QUESTIONÁRIO SOBRE A LIBERDADE DE IMPRENSA

1

Em termos sintéticos, que ponto de situação faz das práticas da liberdade de imprensa hoje em Portugal? Há mais ou menos liberdade do que no final do Séc. XX?

2

Acha que a pressão do mercado e o controlo tecnológico dificultam o exercício da liberdade nos média, sugerindo eventuais práticas de censura ou autocensura?

3

As redes sociais, conjugadas com as 'fake news', retiram espaço ao jornalismo ou reforçam as singularidades da profissão e a sua afirmação como esteio das democracias?

4

Com que perspetivas vê o futuro do jornalismo?

Com as 'fakes' sentimos necessidade de actuar em tempo real e não é por acaso que há um surto 'fact checking', um acréscimo de rigor e mais espaço para a desconstrução de realidades complexas.

Com as redes e com as 'fakes' cresceu a firme convicção que a credibilidade é o maior bem do jornalista, factor que acentuará a diferença e que, com toda a certeza, porque gerador de confiança, garantirá relações leais e duradouras.

“Ser jornalista é bem mais do que ter título profissional, jeito para contar histórias e noção do precioso contributo para a democracia”

4. Sou optimista até porque encaro com elevada paixão a nobre missão de informar, como se fosse o meu terceiro filho. Ser jornalista é bem mais do que ter título profissional, jeito para contar histórias e noção do precioso contributo para a democracia, o que não é coisa pouca. É também pugnar para que a imprensa não se desvie e seja plural, com espaço para a diversidade opinativa; transparente, que é ser bem mais do que objectiva; atenta e actuante, líder nos debates e despertadora de consciências; próxima, aliada da cidadania, capaz de responder a anseios e de ajudar a resolver problemas; democrática, que ouve, não impinge e permite o comentário crítico; surpreendente e interactiva, capaz de criar rupturas e dar palco e voz aos ignorados; interessante, que mostre o importante com altruísmo e o que é útil com perspectiva de serviço; moderna, ligada ao mundo e às redes, atenta às tendências e aos contextos; digital e atrevida, bem ao jeito de quem não espera acontecer; e acima de tudo livre, determinada em dar em cada momento o maior número de dados a quem precisa cada vez mais de certezas para fazer escolhas conscientes e acertadas.

Para que tal aconteça, também precisamos de compromisso com a liberdade e pluralismo dos meios de comunicação social por parte dos decisores, num dossier que inclui o direito a receber informações sem interferência da autoridade pública; o direito a estar protegido da pirataria que atenta contra a propriedade intelectual; o direito a ser ressarcido pela usurpação de conteúdos pagos por parte dos que acham que basta citar para apropriar-se num ápice daquilo que deu trabalho e tem valor, mas que é difundido levemente e à borla. Se não quisermos acabar todos 'a pão e água' importa começar a agir já e a depurar democraticamente os que têm como lema ganhar o pão com o suor do rosto dos outros.

Jornal de Notícias (JN)

Inês Cardoso - Diretora do Jornal de Notícias

Diretora do JN, desde 2020, integrou a equipa fundadora do Jornal I, lançado em 2009.



“As maiores ameaças à liberdade de imprensa não são políticas, mas económicas”

1. Há hoje menos recursos humanos na generalidade das redações, o que condiciona a capacidade de um trabalho alargado e de efetivo escrutínio dos poderes por parte da imprensa. Isso não significa, contudo, que haja limites externos à liberdade de imprensa, até porque a maior consciencialização pública dos direitos contribui para reforçar a responsabilidade com que o direito de informar é exercido, além de que existem hoje mais instâncias de regulação da atividade do que no passado. Diria, em síntese, que as maiores ameaças à liberdade de imprensa não são políticas, mas económicas. Não há verdadeira liberdade sem sustentabilidade e capacitação financeira dos média.

2. A pressão do mercado, a pressão do tempo, são fatores que dificultam o exercício da liberdade nos média. Acabarão por colocar entraves e condicionantes na seleção e priorização da informação, mas não creio que existam práticas de censura, nem sequer de autocensura. Continua a haver um ambiente de debate alargado e níveis sucessivos de responsabilidade que contribuem para preservar a fidelidade dos critérios editoriais que orientam as escolhas e práticas jornalísticas.

3. Num primeiro momento, claramente retiraram espaço ao jornalismo, criando um ambiente pouco transparente em que tudo se mistura e se confunde. Nalguns momentos, os média têm seguido demasiadas histórias, figuras e informações nascidas nas redes sociais, estando documentados exemplos nacionais e internacionais de erros cometidos nesse sentido. Acredito, contudo, que estamos já num momento de viragem e que a pandemia contribuiu para fortalecer a função jornalística, na medida em que revelou o risco das informações incorretas e a importância de informação credível, verificada e devidamente cruzada. Lidamos com ameaças sérias ao rigor, mas é também esse pântano que acaba por demonstrar a diferença entre o que se lê "por aí" e o que se lê após verificação, validação com fontes credíveis, investigação, etc.

4. É impossível não olhar para o setor com preocupação, percebendo a evolução que temos vivido nos últimos anos, com o desaparecimento de diversos títulos, uma grande concentração empresarial e resultados negativos que faci-





litam a entrada de financiadores menos transparentes nos seus objetivos. Ainda assim, os últimos anos têm igualmente demonstrado a grande capacidade de resistência das redações, que são espaços com dinâmicas muito próprias e com hábitos de reflexão e debate que contribuem para manter a esperança num jornalismo verdadeiramente livre. Acredito que o jornalismo manterá a sua função essencial de ajudar a formar cidadãos esclarecidos e com sentido crítico, permitindo leituras que vão muito além da espuma dos dias.

A Bola

Vitor Serpa - Diretor do jornal "A Bola"

Diretor desde 1992, entrou em 1974 para os quadros do jornal A Bola, onde foi redator e chefe de redação.



"O futuro do jornalismo estará na capacidade de interpretar o novo tempo"

1. A persistente diminuição de vendas dos jornais, em papel, a ausência, ainda, de uma compensadora alternativa na opção digital e a continuada iliteracia de uma população pouco crítica e informada trouxe-nos, nesta sociedade do ruído, a um jornalismo de sobrevivência, que se defende na ideia de uma política editorial abrangente, com tendência a misturar a informação com o entretenimento e que, em regra, prescinde de tudo o que não seja o superficial verniz dos acontecimentos. Nesse aspeto, a liberdade do jornalista diminuiu e é posta em causa.

2. As mudanças tecnológicas que, no caso da área da comunicação, levaram a uma revolução para a qual os jornalistas não estavam preparados, oferecem, ao jornalismo, novas e importantes ferramentas. Porém, estamos em tempos de transição e de renovação. O jornalismo sabe que tem de mudar, está parado no meio da encruzilhada, mas ainda não decidiu o caminho. Haverá um caminho para os grandes jornais das grandes metrópoles mundiais e outro para os pequenos jornais dos pequenos países. Seja como for, a solução nunca passará pelo desaproveitamento das novas tecnologias. Antes pelo contrário. Tal como a solução nunca haverá de passar pelo império das ditaduras das audiências e pelos "aposentados" da ética e da deontologia profissional dos jornalistas, que ainda são o garante da credibilidade e solidez da informação.

3. As redes sociais vieram para ficar e não adianta tentar parar o vento com as mãos. Algo diferente é a "indústria" das "fake news", que tem de ser combatida e desmascarada, mas não apenas pelos jornalistas. O problema está em que muitas administrações acham que podem salvar os seus jornais matando o jornalismo e isso é dramático. Este é um momento crucial para o futuro do jornalismo. Ou tem meios e sensibilidade para afirmar o seu espaço e provar que dele também depende o edifício democrático das novas sociedades, ou mistura-se no meio do ruído da comunicação e não terá futuro.

4. O futuro do jornalismo estará na capacidade de interpretar o novo tempo e de equilibrar a aposta no crescimento do digital com a resistência, embora com novas soluções editoriais (conteúdos, gráficas, periodicidades, etc.) dos jornais em papel. O novo jornalista deverá ter uma formação generalista pronta a trabalhar em múltiplas plataformas, devendo também despontar um núcleo mais especializado, capaz de promover e garantir a diferença capaz de suscitar razões de preferência.

Expresso

João Vieira Pereira - Diretor do Jornal Expresso

Iniciou a carreira profissional no Jornal de Negócios, em 1998, tendo, também, passado pelo Semanário Económico. Entrou para o jornal Expresso em 2006 e é diretor, desde 2019.



Expresso

"As redes sociais podem ajudar a combater alegadas censuras"

1. É-me difícil ter uma perceção exata sobre o nível de liberdade de imprensa entre estes dois períodos. Tive a sorte de trabalhar na maioria desses anos no Expresso, uma casa onde a liberdade de imprensa é um dos valores fundamentais. Nesse aspeto não vejo diferenças. Claro que há períodos onde por força de pressões políticas e/ou económicas sentimos que há tentativas externas de condicionar o nosso trabalho, mas isso é algo que me parece inerente à profissão de jornalista.

"Mais grave é a autocensura porque essa é silenciosa"

2. Há e haverá sempre ameaças à liberdade de imprensa. O fundamental é saber como lidamos com essas ameaças, que instrumentos são dados aos jornalistas para poderem informar dentro das regras deontológicas. É tão condenável a tentativa de condicionar a liberdade de informar como usar esse slogan para um jornalismo de causas, revanchista, ideológico ou partidário. Confesso que a tecnologia tem sido amiga dos jornalistas e que a proliferação das redes sociais pode ajudar a combater alegadas censuras. Mais grave é a autocensura porque essa é silenciosa e dificilmente detetada.

3. Depois de um início tumultuoso e confuso as redes sociais podem muito bem ser um pilar para o reforço do jornalismo. À medida que vão percebendo que nem tudo o que circula nas redes é verdade, os utilizadores terão sempre a tendência a procurar fontes credíveis. Essa é uma oportunidade única para a reafirmação do jornalismo.

"As notícias não podem ser grátis"

4. O grande desafio do jornalismo não está nos valores, métodos ou meios. O grande desafio é financeiro. As notícias não podem ser grátis. Convencer o leitor que tem de pagar pela informação é absolutamente crucial para que o jornalismo sobreviva.

Correio da Manhã

Octávio Ribeiro - Diretor do CM e CMTV

Publisher da Cofina e diretor-geral editorial do Correio da Manhã e da CMTV. Era, até há poucos dias, diretor do Correio da Manhã desde 2007.

CORREIO
da manhã



QUESTIONÁRIO SOBRE A LIBERDADE DE IMPRENSA

1

Em termos sintéticos, que ponto de situação faz das práticas da liberdade de imprensa hoje em Portugal? Há mais ou menos liberdade do que no final do Séc. XX?

2

Acha que a pressão do mercado e o controlo tecnológico dificultam o exercício da liberdade nos média, sugerindo eventuais práticas de censura ou autocensura?

3

As redes sociais, conjugadas com as 'fake news', retiram espaço ao jornalismo ou reforçam as singularidades da profissão e a sua afirmação como esteio das democracias?

4

Com que perspetivas vê o futuro do jornalismo?



“Existem duas mãos que estrangulam a liberdade de imprensa em Portugal”

1. Considero haver cada vez menos liberdade. A situação que estamos a viver agora é perigosíssima e quando eu digo perigosíssima não estou a pensar no presente, mas no tempo em que os meus filhos vão estar no lugar onde eu estou. A verdade é que há uma mão direita que está no controlo do capital das sociedades que representam a comunicação social em Portugal e há uma mão esquerda que esta nas alterações legislativas e na tenaz administrativa, porém ambas estrangulam a liberdade de imprensa em Portugal.

2. O que dificulta a liberdade dos media é o controlo tecnológico de forma indireta do controlo financeiro capitalista da nossa ação. E também a deriva autoritária de eliminar o mensageiro em vez de eliminar as causas que tornam o mensageiro útil que se vê do lado legislativo executivo e administrativo. Quanto ao controlo tecnológico, quando as grandes plataformas mundiais praticam censura, mesmo que sejam contra pessoas execráveis como Donald Trump, ou seja quem for, isso é preocupante para a democracia porque eu prefiro saber o que se faz, e o que se diz, e o que se pensa, do que não saber.

3. As fake news existem desde Júlio Cesar e foram acentuadas ao longo dos tempos por várias figuras históricas, as fake news sempre existiram. Portanto, o que é essencial e que nunca existiu antes do século XIX é o controlo técnico, com respeito por regras deontológicas de falsas verdades, controlo esse feito por pessoas que professam os valores da verdade material dos factos que são os valores do jornalismo. A minha preocupação não são as fake news, porque essas sempre existiram, a minha preocupação é estrangular a capacidade e a coragem de pessoas que fazem a sua profissão de relatar a verdade do que acontece.

4. O futuro do jornalismo depende do futuro das sociedades. As sociedades, principalmente as democráticas, só se preocupam com a verdade material e a transparência quando estão em crise. As sociedades, mesmo as democráticas, só se preocupam em olhar para o termómetro quando têm febre. Portanto, nós – enquanto sociedade democrática – só nos preocupamos com a verdade dos factos quando estamos em crise. Quando a maioria das pessoas não chega ao fim do mês com o dinheiro, quando se corta nas pensões, nas reformas. E quando é assim, eu não prevejo grande futuro sem que haja dramas intermédios.

Jornal de Letras

José Carlos Vasconcelos - Diretor do Jornal de Letras

Fundador do Jornal de Letras, em 1981, ocupa desde então o cargo de diretor. Trabalhou em diversos jornais, fez parte da direção do Sindicato de Jornalistas e foi deputado da Assembleia da República.



JL
JORNAL
DE LETRAS,
ARTES E
IDEIAS

“Os factos são sagrados e as opiniões são livres”

1. Em termos teóricos e legais, Portugal vive hoje uma situação de completa liberdade de imprensa, tendo uma legislação adequada. O que me choca é quando vejo comparar a liberdade de imprensa atual ao regime de censura, que foi uma coisa cruel, que só quem viveu sabe qual foi a amplitude.

Os problemas que se põe hoje à liberdade têm mais a ver com os meios e os recursos económicos necessários para fazer uma publicação.

Em relação aos finais do séc. XX não vejo que haja grande diferença do ponto de vista legal, nem na prática. Nessa altura a situação que ainda hoje se verifica, nomeadamente, do ponto de vista da propriedade dos órgãos de informação, era semelhante. Hoje as restrições existem, mas mais ligadas ao poder económico do que ao poder político.

2. A parte tecnológica, desde que seja bem utilizada, só





pode ser positiva. Todo o avanço tecnológico é positivo, só precisa de ser encarado como uma ferramenta e não como um fim. Por outro lado, o que é altamente negativo, é a agenda da comunicação social, por vezes, andar a reboque do digital e do pior dele - como os Facebooks e semelhantes que não têm pessoas com a formação profissional, deontologia e ética para mediar. Se isto leva a práticas de censura? Não faço ideia, mas julgo que só em si não. Pode levar a muitos outros efeitos negativos e preocupa-me o atual nível profissional jornalístico, sobretudo de várias televisões, mas também de jornais e revistas.

Aquilo que é essencial é a informação, a boa informação. Desde antes do 25 de abril, e mesmo depois, há uma maior preparação académica, mas, infelizmente, perderam-se várias coisas, nomeadamente, esta ideia de que o fundamental é a notícia, é a informação de qualidade, onde não se podem esquecer os “comos” e os “porquês”. Isto é preocupante, nomeadamente em relação ao futuro do jornalismo.

“as democracias precisam de liberdade, mas até para a democracia ser de qualidade é necessária informação de qualidade e que não seja guiada só, ou sobretudo, pela procura de audiências e de vendas, ou publicidade”

3. Um dos males, às vezes, da nossa comunicação social é que está cheia de opinião e, por vezes, não está devidamente separada da informação, não tendo por base a máxima essencial de que os factos são sagrados e as opiniões são livres.

As ‘fake news’ tornaram mais evidentes as diferenças entre o que é informação, falsidades puras e duras e manipulações. Mas há outra forma de ‘fake news’, que resulta das meias verdades: de uma aparência de factos, tirar conclusões e fazer construções sem fundamento, desonestas e que estão na base de muita propaganda e populismo. Portanto, as democracias precisam de liberdade, mas até para a democracia ser de qualidade é necessária informação de qualidade e que não seja guiada só, ou sobretudo, pela procura de audiências e de vendas, ou publicidade - que são essenciais, mas que devem ser procuradas através da qualidade.

Uma tendência cada vez maior para certos jornalistas é o sensacionalismo e o populismo, que se notou até na cobertura das últimas eleições, até em entrevistas feitas a candidatos das presidenciais – isto retira solidez e qualidade ao regime democrático.

4. Espero que o jornalismo em papel não desapareça e que, sem prejuízo da crescente informação no digital, o papel continue a ter presença. Tenho consciência de que para isso é preciso adequar, mudar. Aliás, todos nós que dirigimos, temos tentado fazê-lo, tendo em mente que o digital deve ser usado como uma forma complementar, porque tem um espaço praticamente ilimitado enquanto nos jornais e revistas não.

Público

Manuel Carvalho - Diretor do jornal Público

Além de diretor do jornal integra o painel de comentadores de assuntos políticos e económicos da RTP Informação e da RTP2. Em 2015, venceu o Prémio Gazeta de Imprensa com a série de reportagens sobre a Primeira Guerra Mundial em Moçambique.



Público

“Sem cidadania activa, o jornalismo perde o seu sentido de serviço público e democrático”

1. Tendo-se mantido o quadro legal, não vislumbro diferenças significativas entre as práticas da liberdade de imprensa nos últimos anos. Continuamos a viver no país onde as condições para esse exercício são exemplares. O que tem mudado, sim, é o potencial dos órgãos de comunicação social para a exercer. As debilidades financeiras das empresas de comunicação social e a redução e desqualificação dos jornalistas são muito mais atentatórias do exercício de liberdade de imprensa do que as normais pressões que os poderes constituídos exercem.

2. A pressão do mercado existe hoje como sempre existiu. Em Portugal ou em qualquer país democrático – ainda este mês a ELF retirou uma campanha publicitária do Le Monde como retaliação e o Público não recebe, por exemplo, investimento publicitário do Novo Banco no âmbito desse mesmo princípio. Sendo entidades privadas, as empresas têm a possibilidade de escolher onde investem. E as práticas de censura ou de autocensura só serão reais num quadro em que os jornais não dependem dos seus leitores. É isso que está fundamentalmente em causa actualmente: os leitores, ou seja, os cidadãos, reconhecerem que está nas suas mãos travar a censura que os poderes instituídos tentam desde sempre exercer sobre a liberdade de imprensa. Sem cidadania activa, o jornalismo está condenado a tutelas de terceiros e perde o seu sentido de serviço público e democrático.

Quanto ao controlo tecnológico, não o considero uma ameaça. Excepto quando chegamos ao ponto de haver falhas na cibersegurança.

“Vivemos e estamos a viver um momento de afirmação de teses populistas e demagógicas que tentaram socorrer-se da libertinagem das redes para reduzir o papel dos media tradicional”

3. Ambas. Retiram espaço ao jornalismo ao estruturarem uma poderosa teia de circulação de todo o tipo de informações; reforçam o espaço do jornalismo porque nessa miríade de informação fica cada vez mais exposta a necessidade de seleccionar, hierarquizar, editar, validar, tornar legível e inteligível essa mesma informação, tarefa que cabe aos jornalistas. Vivemos e estamos a viver um momento de afirmação de teses populistas e demagógicas que tentaram socorrer-se da libertinagem das redes para reduzir o papel dos media tradicional; mas foi precisamente essa ofensiva que proporcionou a grandes jornais dos EUA ou do Brasil, onde o fenómeno se fez sentir com mais intensidade, um súbito renascer. Exactamente porque ficou claro que a imprensa livre e independente é um esteio das democracias.

4. Hesito entre uma visão mais optimista e uma racionalidade céptica. Porque se o futuro do jornalismo depende dos jornalistas e dos cidadãos, as suas perspectivas só poderão ser optimistas se o espaço público em que se situam e que reflectem não se degradar. Ou seja, uma sociedade ressentida, marcada pela desigualdade, pela ausência de compromisso e tentada pelo canto da sereia dos extremos políticos não poderá nunca criar um ecossistema ideal para o exercício do jornalismo livre. Há sinais que nos dizem que esse caminho está aberto e basta ver o que aconteceu na Hungria e em alguns dos seus mais influentes jornais. Mas há igualmente sinais de optimismo (nos Estados Unidos, por exemplo) que nos provam que o apego dos cidadãos às liberdades públicas, ao debate de ideias livre e ao pluralismo democrático, a rede em que se tece o jornalismo, não esmoreceu. Sem grandes euforias e com alguns receios, acredito que o jornalismo vai continuar a ser um dos fundamentos da liberdade e da democracia no futuro.

Visão

Mafalda Anjos - Diretora da revista Visão

Diretora da Visão desde 2015, iniciou o percurso profissional na área da economia, tendo sido depois editora da revista do Expresso, durante sete anos.

~
VISÃO



QUESTIONÁRIO SOBRE A LIBERDADE DE IMPRENSA

1

Em termos sintéticos, que ponto de situação faz das práticas da liberdade de imprensa hoje em Portugal? Há mais ou menos liberdade do que no final do Séc. XX?

2

Acha que a pressão do mercado e o controlo tecnológico dificultam o exercício da liberdade nos média, sugerindo eventuais práticas de censura ou autocensura?

3

As redes sociais, conjugadas com as 'fake news', retiram espaço ao jornalismo ou reforçam as singularidades da profissão e a sua afirmação como esteio das democracias?

4

Com que perspetivas vê o futuro do jornalismo?



Mafalda Anjos sobre o futuro do jornalismo: "não muda o essencial"

1. Muitos fatores contribuem para consubstanciar o direito à liberdade de imprensa, constitucionalmente garantido, que é também um pilar da democracia. Os mais importantes são o resguardo de quaisquer pressões públicas ou privadas nas linhas editoriais dos órgãos de comunicação social e dos seus jornalistas. Mas, sem independência económica e viabilidade financeira, a liberdade de imprensa pode ficar ameaçada, ficando os media mais suscetíveis perante inadmissíveis influências de acionistas e maiores anunciantes nas suas linhas editoriais. São conhecidas as dificuldades financeiras de muitos grupos de comunicação social, bem como da esmagadora maioria dos OCS regionais, em Portugal (à semelhança do que acontece um pouco por todo o mundo). Nesse sentido, perante esta débil situação, preocupa-me mais a situação atual do que a que tínhamos no final do séc. XX.

2. Quando pensamos que as grandes plataformas tecnológicas e redes sociais são hoje um dos principais canais de difusão de informação por todo o mundo, existe hoje um novo tipo de censor, impercetível para a maioria das pessoas. São os algoritmos que selecionam o que mostrar nas timelines dos utilizadores, com critérios que não são públicos, que obedecem a interesses privados por vezes questionáveis e que mudam permanentemente. São também os novos fenómenos das redes sociais que podem determinar, nalguns meios de linhas editoriais mais "agressivas", uma nova forma de autocensura, determinada pelo clickbaite, que deixa de lado temas relevantes na busca de pageviews.

3. Não são um fenómeno novo, são um velho fenómeno que a tecnologia hoje potencia de uma forma assustadora. São conhecidos os efeitos absolutamente devastadores que as fake news podem ter em resultados eleitorais, como se viu nos Estados Unidos com a eleição de Trump, no Reino Unido com os resultados do Brexit, ou na Alemanha com a ascensão da AfD.

Eu gosto de ver o copo meio cheio, e por isso acredito que a invasão de fake news e de todo o lixo informativo que se encontra online pode contribuir para consciencializar as pessoas e separar o trigo do joio, distinguindo os meios que fazem verdadeiro jornalismo de qualidade, relevante, isento e independente. Viu-se, nos Estados Unidos, como meios com o NYT ou o WP aumentaram os seus

Sábado

Eduardo Dâmaso – Diretor da Revista Sábado

Jornalista desde 1981, assumiu o cargo de diretor da revista Sábado em abril de 2017. Anteriormente integrou a direção do Correio da Manhã, Diário de Notícias e Público.



SÁBADO

"O ambiente que vivemos é tudo menos favorável à liberdade de imprensa"

1. Não consigo dizer se há mais ou menos liberdade de imprensa do que no final do século XX. O que posso dizer é que já nesse tempo existiam perigos para a liberdade de imprensa que, nos últimos anos, em particular dos governos de Sócrates para cá, se adensaram e são muito maiores. Os jornalistas e o jornalismo são hoje expostos a pressões brutais de natureza económica, judicial e política que têm um óbvio impacto na produção jornalística.

A fragilidade económica dos órgãos de comunicação social, a par da difícil transição entre o papel e o digital, está a colocar as empresas e o jornalismo na dependência dos grandes anunciantes. E isso pode ter efeitos perversos. Basta evocar o que aconteceu, como nunca até aí, no governo de Sócrates, em que as grandes empresas que saíram da esfera do sector empresarial do Estado e foram privatizadas, continuaram a ser utilizadas como um braço armado de estratégias político-partidárias. É eloquente, a esse res-





peito, o que aconteceu, à época, com a tentativa de compra da TVI e de um conjunto de jornais influentes. Hoje, já não são necessárias estratégias políticas para evidenciar a importância dos grandes anunciantes na determinação dos níveis de liberdade de uma direcção editorial.

Bastam os caprichos de um CEO de uma grande empresa. Na verdade, o risco de não existir uma real independência sem uma autonomia financeira que venha, maioritariamente, das receitas geradas pelos leitores, como acontece em alguns meios de alguns países europeus, é muito grande. Diria mesmo que este é um dos maiores problemas que o jornalismo português enfrenta actualmente.

Por outro lado, temos assistido a lamentáveis episódios de pressões políticas sobre jornalistas, de que o recente caso do secretário de Estado João Galamba contra a jornalista Sandra Felgueiras, é um exemplo profundamente negativo. Pelos ataques produzidos e pela impunidade com que o seu autor tem sido protegido.

Por fim, assistimos a um verdadeiro assédio judicial contra jornalistas por parte do Ministério Público, através do Departamento de Investigação e Acção Penal de Lisboa, que será um verdadeiro caso de estudo para futuro em matéria de ataque ao sigilo profissional dos jornalistas. A verdadeira caça às fontes dos jornalistas, a devassa de mensagens entre jornalistas e fontes, a vigilância a jornalistas e a quebra do sigilo bancário destes em condições de completa arbitrariedade, são uma página negra da justiça portuguesa. Um dia, o Tribunal Europeu fará a reparação da ofensa a direitos fundamentais dos jornalistas visados. Mas, até lá, assistimos a um clima de verdadeira caça às bruxas, criado por um grupo de procuradores, protegido pelas hierarquias.

É certo que, quando vemos um tribunal a decretar uma providência cautelar contra um grupo de comunicação social, como aconteceu à Cofina no caso Sócrates, pensamos ter batido no fundo. E pensamos que, ao sair daquele lamentável episódio que emporcalhou o poder judicial, alguém terá aprendido alguma coisa. Afinal, não foi isso que aconteceu e, desta vez, foi o Ministério Público a meter-se numa vergonhosa operação de censura decretada a partir das instituições judiciais. Nestas três vertentes, portanto, parece-me que o ambiente que vivemos é tudo menos favorável à liberdade de imprensa.

2. O mercado e a sua crise estão a dificultar muito o exercício da liberdade de imprensa. E estão a tornar corriqueiras práticas de autocensura ou de manipulação da informação, com algumas e assinaláveis excepções. Basta ver a ‘normalização’ que existe em certos meios de conteúdos patrocinados, já não claramente identificados, mas ‘disfarçados’ de conteúdos editoriais, o que evidencia o desespero de acertar as contas. É uma prática generalizada que torna os directores de jornais mais comprometidos com a necessidade e garantem contas muito positivas e menos com a procura de um jornalismo independente, profundo e rigoroso.

3. O jornalismo é a única resposta possível a este ambiente de selvajaria digital em que vivemos, já classificado por vários estudiosos do tema como capitalismo de vigilância, que vive da exploração da intimidade e que nos tem a todos como matéria-prima. Não é, aliás, necessário criar essa nova indústria emergente, a que alguns chamam de ‘Fact Checking’ para responder à banalização e perversão da ideia de informação criada pelas redes sociais. Basta apostar nas singularidades do jornalismo e reforçar as redações em quantidade e qualidade suficientes de bons jornalistas. Basta apostar no jornalismo de investigação e de dados. Basta fazer todos os dias aquilo que é a essência do jornalismo: confirmar a veracidade dos factos, fazer o contraditório e escrever de boa-fé.

4. O futuro do jornalismo pode ser radioso se depender dos jornalistas e dos leitores. Também dos anunciantes, mas não daqueles que comprem espaço para comprar influência nas decisões dos media. Para isso, seria necessário que tivéssemos governos e um Estado verdadeiramente capazes de criar reais políticas de promoção da leitura de meios de comunicação e de livros. Que fossem capazes de ter políticas de criação de assinantes, em papel e no digital, aplicando aí uma percentagem ínfima do dinheiro que hoje esbanjam a pagar os devaneios de empresários e gestores que faliram empresas, financiadas totalmente pela banca, em alguns Casos com aval do próprio Estado. Que fossem capazes de criar mecanismos legais e de fiscalização que evitem uma aplicação espúria e clientelar de investimentos publicitários, sobretudo de empresas públicas, de empresas detentoras de monopólios naturais, da administração central e local e do sector social.

Que fossem capazes de ter uma visão sobre a globalidade do mundo dos media nacionais, regionais e locais, incluindo a distribuição, tendo em conta a importância que o sector tem na concretização constitucional e material da ideia de democracia que prosseguimos, desde 25 de Abril de 1974.

Jornal Sol / Jornal I

Vítor Rainho - Diretor Executivo do Jornal Sol

Começou a sua carreira como subeditor do Expresso e foi subdiretor e fundador do jornal SOL, além de diretor inteiro do jornal musical Blitz. Actualmente, é diretor executivo do Semanário Nascer do Sol e do diário Inevitável, desde 2015.



“O melhor jornalismo vingará”

1. Penso que a liberdade é a mesma, embora se anuncie em momentos complicados até pela aprovação da Carta Portuguesa de Direitos Humanos na Era Digital. Além disso, como sempre, os governantes tentam condicionar a informação – ou não a fornecendo ou dando-a devidamente ‘maquilhada’ a outros meios. Se estamos a fazer uma investigação e pedimos aos organismos estatais para nos responderem a determinada questão, muitas vezes, usam outros meios de comunicação para responder “à sua maneira”, acabando, de certa forma, de ‘queimar’ o assunto. Com o apoio da ERC, como é notório! Veja-se o que a ERC decidiu sobre as queixas do Sexta às 9!

2. O que também dificulta o exercício da liberdade de imprensa é a falta de independência financeira, levando alguns a fazerem autocensura.

3. Ambas são verdadeiras. Hoje, com as redes sociais, ninguém precisa de ficar à espera de um telejornal ou de um jornal para ver a imagem de um desastre ecológico, por exemplo. Já as fake news vão acabar por dar mais importância ao jornalismo sério e de investigação, pois será neste que as pessoas irão acreditar – pelo menos as que querem ser melhor informadas!

4. Devido à falta de dinheiro, vejo com algum ceticismo. Lendo, vendo e ouvindo alguns camaradas muitas vezes fico com a sensação que estou a ver/ouvir a voz do dono... Mas como sou um otimista, acredito que o melhor jornalismo vingará e que os donos disto tudo terão sempre que olhar pelo ombro pois atrás pode estar alguém que quer dar o seu contributo para a sociedade, procurando informar com isenção e verdade.





PANDEMIA REDUZ A LIBERDADE DE IMPRENSA NO MUNDO

Sara Oliveira, Mariana Andrade, Marta Brandão

Um estudo da ONG “Repórteres Sem Fronteiras” revela que alguns países utilizaram a pandemia “para bloquear o acesso de jornalistas à informação”. O índice mundial do mesmo estudo coloca Portugal na nona posição entre os países melhor classificados, em termos de liberdade de imprensa.

Num clima preocupante, a chegada da pandemia colocou a nu diversas fragilidades e amplificou crises e deficiências em todo o planeta, sobretudo no jornalismo, ao exaltar uma das suas vulnerabilidades principais – a incapacidade de dar resposta em tempo útil à proliferação da informação enganosa. Com a emergência da covid-19, houve quem aproveitasse para limitar as formas de atuação do jornalismo, fazendo com que um outro vírus ressurgisse – a desinformação. O estudo da Repórteres Sem Fronteiras (RSF), sediada em Paris, revela uma preocupante desconfiança pública em relação à credibilidade do trabalho jornalístico – “59% dos entrevistados em 28 países acreditam que os jornalistas tentam deliberadamente enganar o público, divulgando informações que sabem ser falsas”. Acresce ainda que os meios de comunicação, neste momento, uma forte crise económica, tendo em conta fatores como a falta de publicidade, a quebra na venda de informação, a ausência de um modelo de negócio digital sustentável e, sobretudo, a falta de respeito pelos direitos autorais do jornalismo. Neste panorama, a liberdade de imprensa sofreu uma “deterioração dramática”, tal como dão conta os dados desta investigação. O mapa relativo à classificação mundial da liberdade de imprensa em 2021 mostra que o exercício do jornalismo está gravemente comprometido em 73 dos 180 países e territórios analisados. As informações disponibilizadas pela RSF revelam uma “dificuldade crescente dos jornalistas em investigar e divulgar temas delicados, principalmente na Ásia e no Médio Oriente, mas também na Europa”. Evidenciando-se um acesso limitado do jornalista, ao terreno e às fontes de informação, que surgem em consequência da pandemia ou utilizando-a muitas vezes como pretexto. Neste momento instala-se a questão sobre a recuperação desta liberdade. Será que alguma vez voltará?

MUNDO – apenas 12 países favoráveis

A infografia disponibilizada neste estudo revela que a zona branca do mapa da liberdade de imprensa (que indica uma situação ótima ou, pelo menos, muito satisfatória do exercício do jornalismo), nunca esteve tão reduzida. Entre os 180 países em destaque, 12 (o equivalente a 7%) “podem orgulhar-se de proporcionar um ambiente favorável à informação”. Um valor que em 2020 era de 8%.

Pelo quinto ano consecutivo, a Noruega destaca-se com o primeiro lugar no ranking, seguida pela Finlândia. Em terceiro lugar, surge a Suécia que recuperou a posição perdida no ano passado para a Dinamarca.

Destaque-se que este ano a Alemanha não integrou esta lista, uma vez que “dezenas de jornalistas foram agredidos por manifestantes próximos a movimentos extremistas e conspiratórios durante protestos contra as restrições sanitárias”.

Do outro lado do mundo, o Brasil desceu 4 posições passando a integrar a zona vermelha, classificada como uma situação difícil para a prática jornalística. O resultado deve-se ao aumento dos “insultos, estigmatização e orquestração de humilhações públicas de jornalistas” que se tornaram frequentes na presidência de Jair Bolsonaro. Também a Índia, o México e a Rússia fazem parte desta zona do gráfico, com a Malásia a registar uma queda de 18 lugares no ranking. Esta descida é fruto da implementação de um decreto “anti-fake news” que concedeu ao governo o poder de impor a sua própria versão da verdade dos factos no país. A preto, no gráfico, estão representados os países e territórios que se encontram numa situação muito grave. A China continua a manter-se estável na zona mais crítica do ranking da liberdade de imprensa, dado que os níveis de censura, vigilância e propaganda na Internet continuam a aumentar a um ritmo sem precedentes.

Do habitual trio dos piores países totalitários fazem parte o Turquemenistão, a Coreia do Norte e a Eritreia, pelo controlo absoluto que têm sobre as informações. É de sublinhar que os dois primeiros países nunca divulgaram nenhum registo de casos positivos de Covid-19 e que a Eritreia nunca prestou declarações sobre o desaparecimento de dezenas de jornalistas que se encontram detidos há 20 anos.

Em termos gerais, o jornalismo está bloqueado em cerca de 130 países.

EUROPA – derivas autoritárias ameaçam

Neste quadro internacional, a Europa continua a ser o continente mais favorável à liberdade de imprensa. No entanto, em vários países europeus foram registadas violações do direito à informação. A violência contra os jornalistas tem vindo a aumentar e os mecanismos instituídos pela União Europeia para travar estes ataques e para proteger as liberdades fundamentais revelam-se lentos para impedir o domínio de certos regimes, como o da Hungria. O primeiro-ministro húngaro Viktor Orbán transformou o país num contra modelo europeu em matéria de liberdade de imprensa, ao bloquear o acesso a informações sobre o coronavírus. Desde março de 2020 que os jornalistas continuam proibidos de realizar reportagens em hospitais, depois da rejeição por parte do governo que acusou os meios independentes de divulgar ‘desinformação’. Perante

este cenário, a União Europeia parece impotente, uma vez que o “novo mecanismo instaurado - que condiciona o acesso a fundos europeus ao respeito do Estado de Direito - não leva em consideração a liberdade de imprensa”. Este modelo de repressão, assumido pela Hungria, tem inspirado alguns Estados-Membro da União Europeia e deixa um mau exemplo aos países candidatos a entrar nos 27. “As primeiras vítimas dessa política agressiva foram os meios de comunicação públicos dos países vizinhos”, lê-se no relatório da RSF.

Esta é por isso, uma luta dos jornalistas contra a desinformação e os segredos do estado. A Sérvia ou o Kosovo são apenas alguns exemplos de regimes em que o uso de prisões e de detenções de jornalistas foi facilitado pela adoção de novas leis limitadoras do direito à informação. Foram já vários os países que tentaram apaziguar o impacto das informações sobre temas que inquietam a sociedade, tais como a crise da Covid-19 ou a questão migratória. Nas Ilhas Canárias, por exemplo, as autoridades utilizaram diferentes mecanismos para limitar a cobertura da crise migratória, nomeadamente a retenção de informações sobre os locais de desembarque ou o uso de barreiras físicas para impedir a captação de imagens.

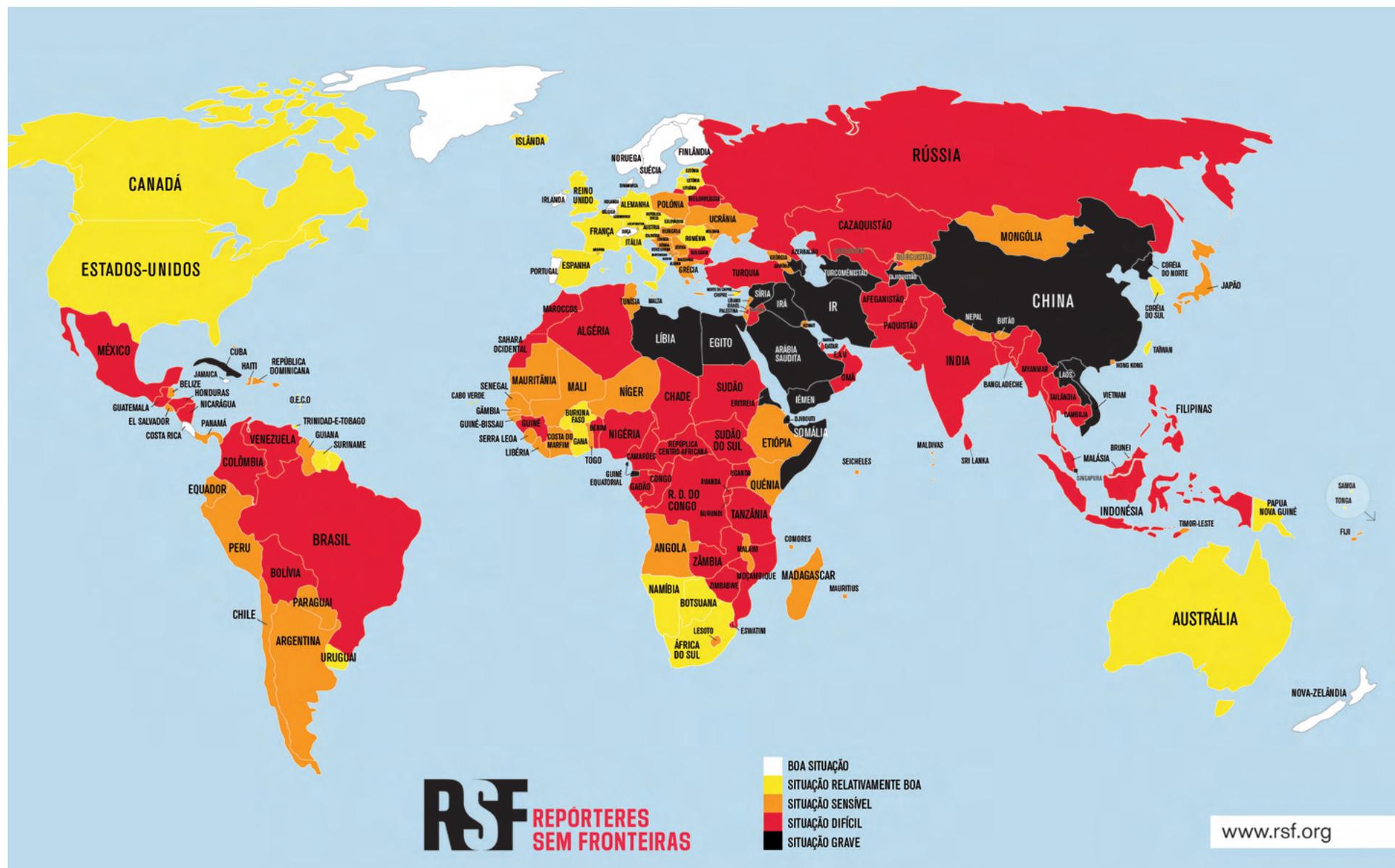
A falta de respostas para os crimes cometidos contra a imprensa (“um problema encontrado especialmente no sudeste da Europa”) pode produzir um efeito catastrófico sobre os jornalistas, promovendo exponencialmente a autocensura. Os casos de violência têm não só atingido os jornalistas de investigação, como aqueles que procedem à cobertura mediática de manifestações.

Na Europa Central e durante os protestos contra as restrições pandémicas, vários jornalistas foram alvo de agressões por parte de pessoas próximas a movimentos extremistas e conspiratórios na Alemanha, Itália, Grécia e França.

Casos de violência policial também têm ganhado expressão na parte oriental da União Europeia, nomeadamente, na Polónia onde vários jornalistas foram presos ou agredidos, durante manifestações contra o governo.

Levando em consideração os resultados deste estudo, não basta, por exemplo, que a União Europeia defina como prioridade o combate à desinformação. As derivas autoritárias estão cada vez mais iminentes com uma nova ameaça – a chamada infodemia (proliferação de boatos e manipulação da informação).

“O jornalismo é a melhor vacina contra a desinformação”, disse o secretário-geral da RSF, Christophe Deloire. Na sua opinião “diante da viralidade da desinformação além-fronteiras, nas plataformas digitais e nas redes sociais, o jornalismo é o principal garante para que o debate público se baseie na diversidade de fatos estabelecidos”.



Classificação mundial da liberdade de imprensa 2021

PORTUGAL SOBE 21 LUGARES

Em 2014, Portugal ocupava a trigésima posição do ranking e desde então subiu 21 lugares. O estudo da RSF destacou 12 dos 180 países e territórios analisados, por conferirem um ambiente mais favorável à prática jornalística. Dessa dúzia, Portugal ocupa o nono lugar, juntamente com mais 8 países europeus e a estes somam-se a Nova Zelândia, Costa Rica e Jamaica.

Num contexto especialmente crítico de instabilidade transversal a inúmeros órgãos de comunicação social, registe-se que Portugal sobe, em 2021, uma posição, face a 2020. Em Espanha não se registaram alterações recentes (29º lugar).

Os números representados no barómetro da liberdade de imprensa em 2021 indicam que as condições de liberdade se mantiveram constantes em Portugal. Este cenário contrasta com a situação vivida no panorama internacional. Entre janeiro e abril deste ano foram assassinados 12 jornalistas e presos 322, devido ao exercício da sua função. A China e a Arábia Saudita registam os maiores índices, com 73 e 32 jornalistas presos, respetivamente.

No país de Camões, o desafio para os meios de comu-

niciação passou a ser o da sustentabilidade. A chegada da pandemia demonstrou que não é possível respirar socialmente, se não existir o jornalismo como pedra angular dessa mesma respiração.

O impacto económico sobre o setor mediático foi agravado pela crise sanitária que prejudicou em larga medida a cobertura noticiosa de eventos, sobretudo desportivos. É de realçar as ações de intimidação a que alguns jornalistas estão sujeitos, quando tentam descortinar más condutas tidas pelos clubes. A tendência à violência contra a imprensa tem ganhado cada vez mais força. Foram já, vários os jornalistas ameaçados e insultados durante manifestações contra as restrições impostas pelo governo.

“Mesmo que os jornalistas portugueses sejam mal pagos e a insegurança no emprego esteja a aumentar, o ambiente jornalístico é relativamente calmo”, lê-se no relatório da RSF.





QUESTIONÁRIO SOBRE A LIBERDADE DE IMPRENSA

1

Em termos sintéticos, que ponto de situação faz das práticas da liberdade de imprensa hoje em Portugal? Há mais ou menos liberdade do que no final do Séc. XX?

2

Acha que a pressão do mercado e o controlo tecnológico dificultam o exercício da liberdade nos média, sugerindo eventuais práticas de censura ou autocensura?

3

As redes sociais, conjugadas com as 'fake news', retiram espaço ao jornalismo ou reforçam as singularidades da profissão e a sua afirmação como esteio das democracias?

4

Com que perspetivas vê o futuro do jornalismo?

Antena 1

João Paulo Baltazar - Diretor de informação da Antena 1

Começou a carreira de jornalista no Expresso, depois foi para a TSF, onde trabalhou durante 26 anos, até assumir o papel de diretor de informação da Antena 1, há cerca de seis anos.



“A pressão do mercado tem inevitáveis impactos na liberdade de imprensa”

1. Portugal ocupa o 9.º lugar no Índice Mundial da Liberdade de Imprensa 2021, elaborado pelos Repórteres Sem Fronteiras (RSF). Desde 2014, quando surgia na posição 30, o país tem vindo sempre a subir nesta listagem. A organização RSF tem sublinhado que há ainda aspetos a melhorar. Um deles está relacionado com as ameaças (e agressões) de que são vítimas muitos jornalistas que cobrem o futebol.

Pessoalmente, penso que há um outro sintoma preocupante quanto à limitação da liberdade de informação: o número cada vez maior de declarações de responsáveis políticos e de outras áreas sem direito a perguntas dos jornalistas. Com a pandemia como pano de fundo, têm vindo a suceder-se as conferências de imprensa com fortes limitações de acesso, ainda que por via digital, com destaque para os briefings das autoridades nacionais de saúde. Um outro aspeto menos positivo, comparativamente com a situação no final do século passado, é o elevado nível de precariedade e/ou baixos salários em muitas redações, o que acaba por fragilizar os profissionais, tornando-os mais vulneráveis. Uma nota específica sobre o serviço público de rádio e televisão: nos últimos anos, não se têm verificado interferências políticas diretas ao nível editorial, como sucedeu noutros tempos.

2. A pressão do mercado, resultante das crises financeiras e económicas, tem inevitáveis impactos na liberdade de imprensa, com destaque para os meios privados que vivem essencialmente da publicidade. A preocupação em tratar de assuntos que são do interesse do público, muito populares e assim potenciadores de audiências e tiragens, em detrimento de assuntos que são de interesse público é uma consequência da degradação da situação económica. Uma concorrência feroz, cada vez mais focada no clickbait, e a

produção de conteúdos patrocinados não é o melhor ecossistema para uma prática jornalística livre e responsável. A tecnologia, por si só, de um modo geral, não será negativa nem positiva – depende muito do uso que fazemos dela.

3. Na economia da atenção, as redes sociais competem com os media tradicionais pelo interesse e confiança dos cidadãos. Pesquisas recentes em vários países mostram que as redes são usadas crescentemente como principal “fonte de informação”, ainda que o grau de confiança nestes recursos seja muito limitado. É o que indica, quer para Portugal, quer para o resto da Europa, o mais recente estudo “Trust in Media” (2020), produzido pela EBU – European Broadcasting Union. De qualquer modo, as várias ferramentas existentes para produção e difusão de boatos, mentiras e manipulações, estão cada vez mais sofisticadas e perigosas. Neste contexto, os diversos órgãos de imprensa e os jornalistas têm uma responsabilidade cada vez maior na recolha, tratamento e difusão de informação rigorosa e credível. O bom jornalismo segue um conjunto de práticas muito concretas para garantir essa credibilidade: confirmação, verificação, contraditório, identificação de fontes (como prática preferencial). O bom jornalismo precisa de tempo, de recursos e, cada vez mais, de competências muito específicas para detetar e contornar as minas e armadilhas da desinformação. Ainda assim, há estudos que indicam que as chamadas fake news são muito mais rápidas do que as notícias genuínas a atingir um número X de cidadãos. E nesse sentido, como escreve a jornalista brasileira Patrícia Campos Mello no seu livro “A Máquina do Ódio”, desmentir notícias falsas “é enxugar gelo”... um desafio cada vez maior, para o jornalismo e para a democracia.

4. Com preocupação e esperança.

Preocupação perante a tendência de alguns media de emularem lógicas, formatos e as agendas populistas e justiceiras que campeiam nas redes sociais. Preocupação perante a falta de recursos de muitas redações para fazerem um jornalismo sério e sólido, com capacidade de análise crítica, tempo e uma agenda capaz de ir além das “bolhas” dos poderes e dos interesses de grupo (incluindo a própria corporação jornalística).

Esperança perante alguns bons exemplos de criatividade na captação de públicos e financiamento, e também na utilização de novas plataformas de comunicação e distribuição dos conteúdos. Esperança perante uma cada vez maior preparação dos jovens jornalistas, esperando que dominem as armas éticas e deontológicas com a mesma destreza com que manuseiam as ferramentas digitais. Esperança ainda de que seja reforçada a aposta no serviço público de média, do qual se espera que seja o último reduto na defesa de uma informação rigorosa, equilibrada e abrangente, um serviço responsável e preparado para o mais intenso dos escrutínios.

Rádio Renascença

Pedro Leal- Diretor da Rádio Renascença

Iniciou a atividade profissional no Comércio do Porto e no Semanário, ocupando, desde 2017, a direção geral de produção da Renascença e a Direção de Informação.





“A chave são os critérios”

1. No plano geral, a liberdade de imprensa não está em causa em Portugal. O regime democrático mais o facto de Portugal pertencer à União Europeia são um garante acrescido. O espaço onde Portugal está inserido, apesar de problemas concretos, é o bloco líder no respeito dos direitos humanos e no respeito das liberdades dos cidadãos. Aliás, no recente Índice Mundial da Liberdade de Imprensa, dos Repórteres Sem Fronteiras, Portugal é o 9º país melhor classificado.

Mas este enquadramento não é um garante do respeito total da Liberdade de Imprensa. Em comparação com final do Século XX, a situação, em algumas circunstâncias, parece ter piorado, pois ainda hoje surgem situações inadmissíveis. É o caso recente que envolveu o editor de justiça da TVI, bem como do subdiretor da revista Sábado: os dois foram inquiridos sobre as suas fontes de informação, vigiados, fotografados, filmados e as suas mensagens telefónicas objeto de acesso intrusivo e transcritas para processo criminal. Toda uma ação de investigação dirigida a jornalistas sem o aval de um Magistrado Judicial. Uma situação contrária à Liberdade de Imprensa é típica de países autocráticos. Um outro caso, embora de cariz diferente, de barragem à Liberdade de Imprensa é a política de acesso a dados estatísticos. Todo o último ano, em plena pandemia, o acesso à informação detalhada da evolução da Covid-19 foi um simulacro de transparência. Há todo um conjunto de dados estatísticos pedidos insistentemente pelos órgãos de informação desde o início de 2020 e que só foram libertados no final do ano, inícios de 2021. Como se compreenderá o acesso tardio aos dados mitiga a realidade, mitiga a verdade. Não sendo casos generalizados, estes exemplos revelam a permanência de comportamentos de boicote à Liberdade de Imprensa que prevalecem em pleno Século XXI.

“A velocidade que alguns imprimem no tratamento noticioso é por si só uma violação da Liberdade de Imprensa”

2. Nesta questão jogam-se diferentes níveis. Primeiro a pressão do mercado. Sempre existiu e sempre vai existir. O jornalismo vive-se em comunidade e em concorrência, logo a pressão é natural. O que não se pode admitir é que a pressão provoque um atalhar de etapas no cumprimento do processo jornalístico. Se isso acontecer, são os próprios jornalistas que estão a atacar a própria Liberdade de Imprensa. Por muita pressão verificada, o jornalista não pode permitir atalhos à verificação e ao respeito pela verdade dos factos. A velocidade que alguns imprimem no tratamento noticioso é por si só uma violação da Liberdade de Imprensa,

pois não garante os níveis de segurança que o exercício da profissão exige. Quando isto acontece, o que se está a fazer não é jornalismo é outro negócio qualquer.

Se esta pressão existir é certo que a seguir surgem os processos de censura e de autocensura. Não declarados, mas insinuados. Não havendo tempo aceita-se a indicação, não havendo capacidade de se investigar mais, opta-se pelo suposto garantido, comprometendo-se o processo.

Embora não de uma forma generalizada, estas situações verificam-se hoje em Portugal e comprometem a Liberdade de Imprensa e, a longo prazo, minam a confiança das audiências nos órgãos de comunicação social.

3. Retiram e reforçam. Retiram porque livres de critérios jornalísticos são a primeira escolha para as audiências menos preparadas e menos exigentes, mas por outro lado reforçam a necessidade de órgãos de informação credíveis, que desenvolvam um trabalho de longo de prazo de construção de confiança.

A chave são os critérios. Um órgão de informação que ceda às informações falsas e com critérios frágeis para a sua presença nas redes sociais, está condenado, pois a longo prazo compromete a credibilidade.

4. Independentemente das plataformas, dos meios e das formas com que toca a audiência, o Jornalismo é um elemento definidor das democracias e das sociedades desenvolvidas. Nesta perspetiva o futuro é promissor.

Mas isto não significa que não seja necessária alguma reflexão e algum arrepiar de caminho. Primeiro na formação. O sentido crítico tem de ser estimulado, a formação em áreas específicas tem de ser possibilitada de forma a que os estudantes de jornalismo ganhem competências em áreas diferenciadoras. Num segundo nível, as empresas de comunicação têm de ser mais transparentes na clareza da sua constituição acionista – transparentes – e perceberem bem o âmbito do negócio da comunicação social. Em terceiro, a própria consciência do que é ser jornalista hoje tem de ser aprofundada. Há alguma ligeireza no exercício da profissão, que permitem os tais processos de censura e autocensura, que não são admissíveis em pleno Século XXI.

TSF

Domingos de Andrade - Diretor Editorial da TSF

Começou a carreira profissional no Jornal de Notícias em 1994, tendo exercido diversas funções. Em 2020, tornou-se membro do Conselho de Administração e Diretor Editorial da Global Media Group, incluindo a TSF. Foi, ainda, Diretor-adjunto de Informação na Agência Lusa e Diretor de Informação e Programas do Porto Canal.



“As redações são microcosmos que espelham a sociedade”

1. A Constituição da República Portuguesa, a Lei de Imprensa e o Estatuto do Jornalista são o garante do exercício de um jornalismo plural e livre. Devem ser, e são, sempre essas as biblias que norteiam a ação do ofício. Mas é claro que redações mais pequenas, mais pressionadas pelo imediatismo, mais carregadas com as dificuldades financeiras dos grupos de comunicação social têm maiores dificuldades no escrutínio dos poderes, de todos os poderes, logo os constrangimentos económicos são fortes limitadores desse direito inalienável que é o direito a informar e a ser informado. Há hoje, portanto, maior pressão sobre o exercício do jornalismo livre.

2. As práticas de autocensura estão normalmente associadas a vínculos laborais frágeis. Há, no entanto, hoje muitos jovens jornalistas formados nas melhores escolas com uma consciência profunda da responsabilidade política e social do trabalho que exercem. O grande desafio passa pela transmissão de saberes e de práticas entre gerações, com a certeza de que o ofício é feito de e para pessoas reais, devendo ser incutido em todos a exigência do contacto com a realidade que muitas vezes a pressão tecnológica faz abandonar.

3. O maior problema que ainda vivemos, mas que hoje já está a ser problematizado, o que revela que estão a ser dados passos importantes para o resolver, está justamente no sacrifício ao altar do imediatismo do rigor, da verificação dos factos, do apuramento da verdade. O clique, a partilha, a rapidez são hoje novas formas de garantir a sobrevivência da media, numa tempestade de notícias muitas vezes sem qualquer momento para reflexão. Em última análise, a iliteracia mediática de uma sociedade reflete-se também nessa cedência do jornalismo à urgência da espuma dos dias, o que traz desafios gigantescos para as sociedades democráticas. Felizmente, creio que os jornalistas começam a perceber que depende deles a legitimação dos megafones de mentiras em que se transformam tantas vezes as redes sociais.

4. Há óbvias transformações em curso que mudarão o exercício da profissão. As redações são microcosmos sociais, como tal espelham a sociedade. Portanto, não podemos evitar olhar com preocupação e esperança. Preocupação com o estrangulamento financeiro, o fecho de títulos estreitando a pluralidade dos pontos de vista, o descrédito a que se tenta votar os media quando os diversos poderes, que devem ser escrutinados, os colam ao “sistema”. Esperança porque apesar de tudo as redações, dos jornais, das rádios, das televisões, dos media digitais, ainda são espaços onde se pratica a discussão livre das ideias, onde o outro, o cidadão, ainda é a primeira e última razão da existência da profissão.



QUESTIONÁRIO SOBRE A LIBERDADE DE IMPRENSA

1

Em termos sintéticos, que ponto de situação faz das práticas da liberdade de imprensa hoje em Portugal? Há mais ou menos liberdade do que no final do Séc. XX?

2

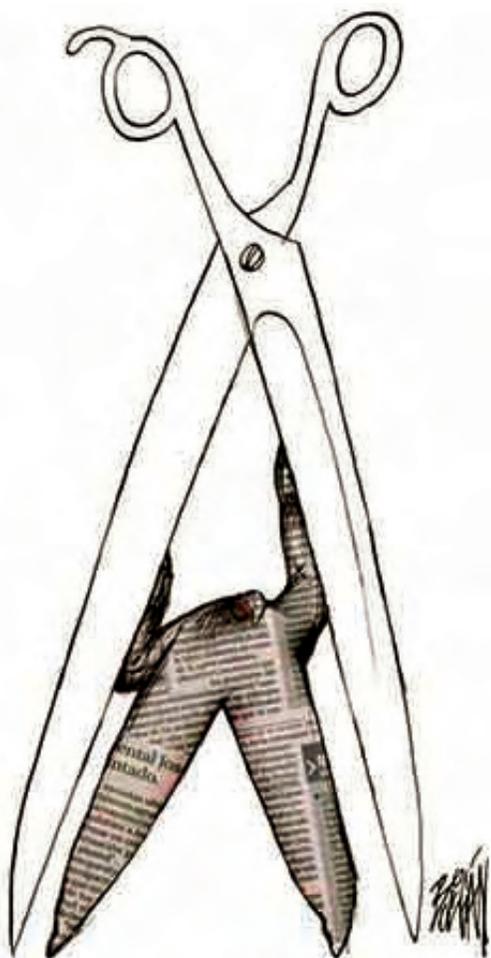
Acha que a pressão do mercado e o controlo tecnológico dificultam o exercício da liberdade nos média, sugerindo eventuais práticas de censura ou autocensura?

3

As redes sociais, conjugadas com as 'fake news', retiram espaço ao jornalismo ou reforçam as singularidades da profissão e a sua afirmação como esteio das democracias?

4

Com que perspetivas vê o futuro do jornalismo?



RTP

António José Teixeira - Diretor RTP

Antigo diretor do Diário de Notícias e subdiretor da TSF, António José Teixeira é diretor de informação da RTP, desde 2020. Além disso, é comentador político e professor.



“Cabe ao jornalismo separar o trigo do joio”

1. A liberdade é sempre um desafio. Não é necessariamente um adquirido. Temos de a valorizar, lutar por ela. E vale a pena lutar por ela. É talvez o bem mais precioso. Há liberdade de imprensa em Portugal. O que não quer dizer que não existam ameaças à liberdade de imprensa, tentativas de condicionamento, más condições de exercício do jornalismo, permeabilidades pouco saudáveis, debilidades económicas, dificuldades em distinguir informação de exercícios de comunicação...

2. As dificuldades são muitas. Os algoritmos condicionam e manipulam. As redes sociais exponenciam as mentiras. Antes das fake news já havia boatos e mentiras... Não devemos ignorar que o caráter dos profissionais faz sempre a diferença. Tal como o sentido crítico que os consumidores de informação souberem ter.

3. O jornalismo tem de ser um exercício profissional com regras e escrutínio. Por isso se distingue de meros exercícios de comunicação, que não devem obediência a regras e códigos. As redes sociais são bons canais de promoção e propagação do jornalismo. Podem também ser um campo de observação crítica. O que lá se passa faz parte do falatório público, caótico, desregrado, irresponsável. Cabe ao jornalismo separar o trigo do joio. É essa a sua utilidade e a sua responsabilidade. Sem jornalismo livre e responsável não há democracia. A democracia não é apenas o direito ao voto, à escolha. É também a livre expressão e o confronto dos factos e das ideias.

4. Com ceticismo e esperança. Apesar das ameaças, é um bem de primeira necessidade. É útil. Faz falta. Sem ele não podemos tomar decisões avisadas. Preocupam-me a economia depauperada do jornalismo, a desintermediação, o conformismo dos consumidores e a debilidade da leitura. Precisamos de profissionais responsáveis, bem formados, com carácter, que acrescentem valor à Informação, que nos ajudem a ler o mundo, que nos expliquem os como e os porquê, que não se cansem de demonstrar que o bom jornalismo tem valor e deve ser pago

SIC

Ricardo Costa - Diretor Sic

Foi diretor do Expresso entre 2011 e 2016, tendo nesta data passado a ocupar o cargo de diretor de informação da SIC. É também diretor-geral de informação do grupo Impresa e comentador do programa semanal Expresso da Meia-Noite.



“Tenho uma perspectiva otimista e prática”

1. Penso que genericamente a situação da liberdade de imprensa é a mesma em Portugal. Quando olhamos para países, incluindo alguns europeus (como a Hungria ou a Polónia), onde a liberdade de imprensa está em recuo, isso é absolutamente evidente. É um pouco ridículo que nós comparemos com países onde isso é um verdadeiro problema. No entanto, quer pela dimensão do nosso mercado quer por um ou outro caso judicial ou político, nunca devemos deixar de os denunciar.

2. O jornalismo sempre teve condicionantes de mercado e de tecnologia. A grande diferença atual é que as gigantes tecnológicas mundiais - sobretudo Google e Facebook - têm em simultâneo um peso desmesurado na distribuição de informação e na captação de publicidade. Isso não leva a políticas de auto censura, mas coloca uma enorme pressão, sobretudo para quem depende de conteúdos grátis. Uma vez mais, isso não tem que condicionar a liberdade de imprensa, mas permite que em países autocráticos ou ditatoriais esse controlo seja hoje muito fácil de fazer. A internet foi, nesse sentido, uma arma perfeita de controlo, como se vê na China ou na Rússia.

3. Mais do que retirar espaço, colocam-no a par de todo o tipo de conteúdos não jornalísticos, num oceano onde, por vezes, é difícil destrinçar o que estamos a ler ou ver. Esse é para mim o problema mais grave e o que mais ameaça o jornalismo. Penso que hoje já muita gente tem noção disso e que a disponibilidade de muitos leitores para assinarem jornais poder inverter, em parte, essa tendência. No entanto, o consumo de “conteúdos” através de redes sociais não irá diminuir tão cedo, antes pelo contrário.

4. Tenho uma perspetiva otimista e prática. Além de o jornalismo sempre ter sido condicionado pela tecnologia, temos que ter a noção de que toda a sociedade está a ser profundamente alterada por uma revolução tecnológica. A pandemia acelerou esse processo em alguns anos em praticamente todas as áreas da sociedade. O jornalismo tem que tentar acompanhar essa brutal mudança da sociedade. Claro que isso é mais fácil de dizer do que fazer e,



em certa medida, órgãos de comunicação social com muitos anos ou décadas podem ter mais dificuldade nessa transição.

TVI

Anselmo Crespo - diretor de informação TVI

Iniciou-se no jornalismo no Notícias de Leiria, antes de ingressar na SIC, onde permaneceu por 12 anos com os cargos de jornalista e editor político. Antes de ocupar o cargo de diretor de informação da TVI em 2020, foi subdiretor de informação da TSF.



“Liberdade de imprensa não pode ser confundida com desinformação”

1. Em termos sintéticos, que ponto de situação faz das práticas da liberdade de imprensa hoje em Portugal? Há mais ou menos liberdade do que no final do Séc. XX?

Julgo que, na comparação, dificilmente o século XX não ficará a perder, considerando que os anos de censura do antigo regime. Acho que a liberdade de imprensa não pode, como tem sido frequente no século XXI, ser confundida com a desinformação e com a porta que se escancarou nas redes sociais aos oportunistas que ao abrigo de uma suposta liberdade de imprensa aproveitam para atingir fins menos legítimos.

2. Acha que a pressão do mercado e o controlo tecnológico dificultam o exercício da liberdade nos média, sugerindo eventuais práticas de censura ou autocensura?

Admito que a pressão do negócio crie alguma pressão sobre a liberdade dos jornalistas. Sobretudo a liberdade de pensar, de refletir, de investigar, de trabalhar com os tempos que não se coadunam com a o tempo em que vivemos. Não creio que esteja a levar à censura, mas está, seguramente, a obrigar as redações a adaptarem-se.

3. As redes sociais, conjugadas com as ‘fake news’, retiram espaço ao jornalismo ou reforçam as singularidades da profissão e a sua afirmação como esteio das democracias?

Quero acreditar na segunda hipótese - e acredito - mas acho que ainda não o conseguimos. Para já o jornalismo tem estado a perder espaço, em parte por culpa dos próprios jornalistas e dos padrões dos média. Esta pandemia, que não trouxe nada de bom, conseguiu pelo menos provar à evidência que o jornalismo é absolutamente crucial e que as pessoas precisam dele.

4. Com que perspetivas vê o futuro do jornalismo?

Com preocupação, mas com moderado optimismo. O futuro do jornalismo está diretamente relacionado com a capacidade de rein-

venção do modelo de negócio. O bom Jornalismo custa dinheiro e tem de ser pago. Há muito quem dê a democracia como um dado adquirido. E não é. Nunca é. Sem jornalismo livre não há democracias plenas. Por isso espero que tenhamos todos, cada um no seu papel, a capacidade de perceber que é preciso preservar o jornalismo e a democracia.

Porto Canal

Tiago Girão - Diretor de Informação do Porto Canal

Foi jornalista da SIC, durante oito anos, antes de, em 2019, ter ocupado o cargo de diretor de informação do Porto Canal. É apresentador em programas como o “Universo Porto da Bancada”.



“É imperioso que [jornalismo] não ceda aos interesses instalados”

1. “A sensação e o sentimento que tenho é que continuamos a gozar de elevado grau de liberdade de imprensa. Embora continuem a existir ameaças, o que torna mais exigente a tarefa de verificação da notícia”.

2. “A censura vem sobretudo do controlo que entidades ou pessoas fazem do aparelho mediático. Uma comunicação social mais pobre torna-se mais vulnerável a pressões”.

3. “A redes sociais são uma ameaça, mas também uma oportunidade para que o jornalismo se possa afirmar como a fonte de notícias mais credível. Por outro lado, há que continuar a apostar na formação de jornalistas”.

4. “O jornalismo vai continuar a ocupar um lugar de destaque na consolidação das democracias e na denúncia das restrições à liberdade de expressão. Estou certo que o jornalismo saberá adaptar-se às mudanças e aos desafios que o mundo atual coloca. Mas para que tal aconteça, é imperioso que não ceda aos interesses instalados, que continue independente ou, no limite, que cada órgão tenha a coragem de assumir a sua orientação, o seu posicionamento. O pior que pode existir é continuarmos a viver numa hipocrisia assente numa suposta imparcialidade. Isso é enganar o público!”

AGÊNCIA LUSA

Luísa Meireles - Diretora da Lusa

Exerceu a advocacia durante dez anos, antes de se dedicar por inteiro ao jornalismo em 1989, altura em que entrou para o Expresso. Assumiu o cargo de Diretora de Informação da agência Lusa em outubro de 2018



Agência de Notícias de Portugal, S. A.

“Não acho que haja falta de liberdade na comunicação social”

1. Eu acho que há a mesma liberdade, não coloco as coisas nesse plano. Considero que desde o 25 de abril, que é um marco de liberdade de imprensa em Portugal, a situação tem vindo a evoluir sempre positivamente. Não acho que haja falta de liberdade na comunicação social e muito menos em relação ao final do século passado, não. Pessoalmente não sinto que haja, e também em relação ao que vejo nos outros órgãos de informação, não acho que se possa dizer que exista mais ou menos liberdade de imprensa em relação ao fim do século passado.

2. Não sei se a pressão do mercado e o controlo tecnológico podem sugerir eventuais práticas de censura ou autocensura. O que eu acho é que a pressão do mercado e o controlo tecnológico podem reformatar a escrita, e quando digo a escrita refiro-me também à oralidade na rádio ou na televisão, porque vivemos hoje em termos de comunicação social numa era do ‘click bite’, ou seja, a pressão de atrair leitores com títulos chamativos, eventualmente enganadores, ou ligeiramente distorcidos, ou mesmo claramente enganadores, quando já passamos para um outro patamar (as chamadas fake news).

Tudo isto tem, depois, obviamente, consequências. Quanto mais um texto é lido ou visto, mais audiência esse órgão ganha e, portanto, mais publicidade tem. Ela hoje é escassa e rara e, cada vez mais, desloca-se, como sabemos, para as grandes multinacionais e grandes plataformas de distribuição. Por isso, eu não sei se isto vai exatamente dificultar o exercício da liberdade, o que eu acho é que formata, muitas vezes não só a maneira de escrever, em termos gerais, como a maneira de expressar, seja qual for o tipo de media em que se desenrola essa atividade.

Seguramente, enviesa a maneira de tratar os temas, porque é sempre posta a tónica naquilo que deve dar mais ‘click bites’, naquilo que deve ser mais chamativo e nós sabemos que o chamativo é aquilo que apela à emoção e não aquilo que apela a uma reflexão serena e ao uso da nossa razão perante os factos. Por isso, penso que a pressão do mercado e o controlo tecnológico exercem influência sobre o exercício de jornalismo em Portugal, uma questão está ligada à outra. O controlo tecnológico pode, por vezes, levar a que certos temas não sejam tratados porque, precisamente não são populares, não suscitam a audiência – é a pressão do mercado.

3. Acho que reforçam as duas dimensões. As fake news são, como sabemos, uma contradição nos termos, na medida em que, ou são notícias, ou são falsas, mas, enfim, é o termo que é comumente usado para referir o fenómeno da desinformação. Acho que é uma ameaça, porque os jornalistas são um alvo pref-



QUESTIONÁRIO SOBRE A LIBERDADE DE IMPRENSA

1

Em termos sintéticos, que ponto de situação faz das práticas da liberdade de imprensa hoje em Portugal? Há mais ou menos liberdade do que no final do Séc. XX?

2

Acha que a pressão do mercado e o controlo tecnológico dificultam o exercício da liberdade nos média, sugerindo eventuais práticas de censura ou autocensura?

3

As redes sociais, conjugadas com as 'fake news', retiram espaço ao jornalismo ou reforçam as singularidades da profissão e a sua afirmação como esteio das democracias?

4

Com que perspetivas vê o futuro do jornalismo?

erencial das fake news, no sentido em que os jornalistas estão na primeira linha deste combate e este é um combate para ser feito pelos jornalistas, o combate contra a desinformação. Por isso acho que, se por um lado, pode ocupar algum espaço digamos assim, sobretudo nas redes sociais - eu estou a falar das fake news veiculadas pelas redes sociais - quando isso é depois trazido para o plano do jornalismo e dos meios de comunicação social tradicionais, acho que efetivamente podem ser uma ameaça.

Para o jornalismo em geral, só existe efetivamente uma "arma", que é voltar ao básico, voltar àquilo que se ensina nas escolas. Hoje é verdade que, com a tecnologia existente, se torna por vezes muito difícil detetar uma notícia falsa, a desinformação. Mas há coisas que basicamente se aprendem e devem ser levadas à risca, ou seja, que a eventual velocidade com que se queira dar uma notícia não sirva de pretexto para que essas regras não sejam cumpridas e, muitas vezes, é isso que acontece. Por exemplo, se um político ou uma figura pública emite qualquer comentário numa rede social - Facebook ou Twitter, ou seja o que for - nós temos como regra, na LUSA, não divulgar essa notícia sem contactar o dito autor da página ou daquele 'tweet'. Portanto, contacta-se efetivamente o político ou a personalidade em causa, para saber se ele realmente escreveu aquilo. Isto permite de uma certa maneira iludir, à partida, as fake news, a desinformação. Por outro lado, as fake news também reforçam a singularidade da profissão e a afirmação do jornalismo como suporte das democracias. Porque efetivamente nós sabemos que o jornalismo livre e exercido em liberdade é um meio de afirmação da democracia e é a única maneira em que a democracia pode sobreviver, porque ninguém pode raciocinar ou debater no espaço público, seja que tipo de informação for, sem ter acesso a todas as opiniões que são veiculadas. Exercer esse contraditório é responsabilizar os políticos e fazer esse escrutínio. Penso que, seja qual for a maneira como se encara este facto, isto é um alerta muito grande para o jornalismo. Sim, reforça a singularidade ou pelo menos tem de reforçar as nossas competências como jornalistas, que além do mais devemos ter competências de como saber ler uma notícia que nos surge, às vezes de uma fonte que parece absolutamente idónea e não é, ou é simplesmente engano, como nós todos já caímos, de haver comunicados falsos que são 'repblicados' e que parecem, aparentemente, vindos de uma fonte idónea. Acho que as fake news mais do que retirarem espaço, reforçam a necessidade de maiores competências do jornalista e do jornalismo, em geral.

4. Se me fizessem essa pergunta quando eu comecei a profissão aos 18 anos, era muito diferente a minha perspetiva do jornalismo e do futuro do jornalismo. Hoje, vejo que fizemos uma grande caminhada e uma caminhada muito positiva. Acredito que hoje é muito difícil ser-se jornalista, no sentido em que é uma profissão que exige uma grande dedicação para ser levada a cabo como deve ser e, portanto, exige mais do que aprender a sê-lo, tem de se ter também uma certa vocação para o ser. Seja qual for a forma que depois cada jornalista opte para exercer o seu ofício, a profissão hoje é exercida em condições muito complicadas. O acesso à profissão é muito dificultado, os salários baixaram muitíssimo e não se vê nesse aspeto uma melhoria que permita também aos jovens jornalistas, ou aos jovens, encarar risonhamente o seu futuro quando optam pelo jornalismo. Portanto, em termos de carreira eu vejo que a situação é neste momento complexa. Agora o jornalismo em si, eu acho que vai haver sempre jornalismo, bom e mau infelizmente como em tudo, e penso que independentemente da época e das formas, porque já passamos ao longo da história e passaremos ainda no futuro, haverá sempre uma maneira que seja adaptada às circunstâncias da época em que vivemos. Hoje ninguém se lembra de escrever como há 100 anos, provavelmente não haveria leitores para isso, mas se lermos um texto escrito há 100 anos são fantásticos e pedras basilares da nossa profissão, porque efetivamente o jornalismo, enquanto meio de comunicação, é uma transmissão de notícias, de transmissão da realidade, de visão das coisas. No sentido do jornalismo em si, eu não estou inquieta, inquieto-me sim com o futuro da carreira dos

jornalistas, que, essa sim, vejo neste momento bastante difícil e não muito risonha.

Observador

José Manuel Fernandes - Diretor do Observador

Foi fundador e diretor do jornal Público, depois de ter trabalhado nos jornais Voz do Povo e Expresso. É fundador do Observador, desde 2014.



OBSERVADOR

"Há menos liberdade de imprensa por vários motivos"

1. É sempre difícil fazer comparações, mas a minha tentação é dizer que há menos liberdade de imprensa por vários motivos: a generalidade dos órgãos de informação vivem uma situação económica mais difícil; há uma maior concentração da propriedade dos órgãos de informação, logo menos variedade e menos concorrência; é maior a pressão sobre os jornalistas do ponto de vista da manutenção dos seus postos de trabalho, pois muitas empresas estão em dificuldades, e isso condiciona-os; o mundo das redes sociais é menos plural, mais pobre e mais tribal do que era a blogosfera que estava a nascer na viragem do milénio; o modelo de regulação, a ERC, revelou-se mais intrusivo do que o anteriormente existe, a Alta Autoridade para a Comunicação Social; começa a existir um ambiente cultural censório que tende a banir certos temas do debate público. No lado positivo da balança, vejo o facto de a internet tornar mais fácil e rápido o acesso à informação e de dependermos cada vez menos de fontes de informação apenas nacionais.

2. Há infelizmente essa tendência. Vejo com a maior preocupação que gigantes tecnológicos possam ser eles a determinar o quê e quem pode estar ou falar nas suas plataformas. Não são entidades públicas, não estão sujeitas às regras deontológicas do jornalismo, têm lógicas de mercado, há claras evidências de actuam de forma desequilibrada e de acordo com pressões políticas ou do mercado. A meu ver isto é intolerável.

3. Era bom que desinflacionássemos o discurso sobre as 'fake news'. Rumores, mentiras, teorias da conspiração, sempre houve e sempre haverá. Eu costumo dizer que provavelmente a pior 'fake news' da história da Humanidade foi a história falsa sobre o Protocolo dos Sábios de Sião, uma teoria da conspiração que alimentou o anti-semitismo e podemos associar directamente ao Holocausto. Talvez nenhuma outra 'notícia falsa' tenha provocado uma tragédia de tal dimensão, e no entanto não havia redes sociais nessa época. O principal problema das redes sociais é outro, é o da tribalização do espaço público, é da destruição desse espaço comum onde todos partilham informação e debatem ideias. Sem existir esse espaço comum a democracia deixa de ser uma disputa entre propostas rivais para ser uma guerra entre tribos inimigas - ou seja, dificilmente continuará a ser democracia.

4. O jornalismo não vai desaparecer, mas vai ter de saber adaptar-se constante às novas plataformas, assim como às novas



necessidades e aos novos hábitos dos cidadãos. Houve um tempo em que o jornalista era primeiro que tudo o mensageiro, pois era ele que trazia a notícia. Hoje a notícia está por todo o lado, tantas vezes sem intermediação, em directo, em diferido, com imagem, sem imagem, ocorra onde ocorrer. Sendo assim o desafio do jornalismo passou a ser ir além da notícia – da notícia escondida, do que explica a notícia, do que significa a notícia, das consequências da notícia, e por aí adiante. É um trabalho mais exigente mas porventura mais estimulante. Mas atrevo-me a dizer que está muito por fazer, em Portugal como um pouco por todo o lado. Apenas um exemplo: quando Pedrógão ardeu descobrimos que havia como que umas “traseiras” de Portugal que todos ignorávamos, mas quatro anos passados o que é que já conhecemos dessas e de tantas outras “traseiras” do nosso país, algumas bem presentes delas quase no centro das nossas maiores cidades? Pouco, até porque a maioria dos jornalista não vive lá nem costuma passar por lá nas férias

Sindicato de Jornalistas

Sofia Branco - Presidente do Sindicato de Jornalistas

Jornalista na agência Lusa desde 2009, trabalhou antes no jornal Público durante cerca de 10 anos. Foi ouvida quando ainda exercia o cargo de presidente do SJ. Neste momento é presidente do Conselho Deontológico.



“A melhor arma para combater a desinformação é mais e melhor jornalismo.”

1. Existe liberdade de imprensa em Portugal, não podemos afirmar o contrário. A questão está mais em mantermos a vigilância sobre práticas que, sendo provisórias, se podem instalar. É isso que está a acontecer no contexto da atual crise, em que, à boleia da pandemia e das restrições a que esta obriga, se verificaram algumas tentativas de condicionar o acesso dos jornalistas à informação, sobretudo por parte de autarquias, forças de segurança e autoridades judiciais. O Sindicato dos Jornalistas denunciou ativamente todas as situações de que teve conhecimento.
“[As redes sociais] reforçam seguramente a necessidade de vincarmos a importância do jornalismo e o que o distingue.”

2. A questão da autocensura é mais profunda do que isso, alimenta-se de salários baixos, precariedade e condições de trabalho degradadas. O medo de perder um emprego procurado por mais dez jornalistas, num quadro de preocupante desfasamento entre a oferta e a procura (fomentada, diria um pouco irresponsavelmente, por três dezenas de cursos de comunicação espalhados por todo o país, que despejam centenas de estudantes para um mercado saturado). Não temos conhecimento de práticas a que se possa chamar censura - que é um conceito jurídico próprio e nos levaria para um quadro de opressão e submissão. Mas existem cada vez mais e mais fortes pressões, nomeadamente externas, decorrentes da propriedade da comunicação social, e da falta de transparência sobre contas e atividades financeiras, e da concentração excessiva do setor nas mãos de poucos ‘donos’ e com discutíveis interesses.

3. Reforçam seguramente a necessidade de vincarmos a importância do jornalismo e o que o distingue. A melhor arma para combater a desinformação é mais e melhor jornalismo. Mas vivemos um tempo de confusão de conceitos e avalanche de conteúdos, que tornam premente a aposta na literacia para os media.

4. Sou otimista e não vaticino o desaparecimento do jornalismo. Mas antecipo um caminho difícil nos próximos tempos...

Provedores

Barata-Feyo - Provedor do jornal Público

José Manuel Barata-Feyo, é um dos mais ilustres jornalistas nacionais. Foi diretor assistente do New York Times entre 1972 e 1977. No ano seguinte, torna-se o correspondente em Paris da RTP2. Ocupou vários cargos de chefia no serviço público de televisão. Atualmente é o provedor do leitor no jornal Público.



“Sem liberdade de imprensa não há democracia”

1. A fronteira não se situa na dobra do século, mas antes nos anos 1990. Com o surgimento das televisões privadas e da imprensa tablóide, a liberdade de Imprensa deixou de ser condicionada unicamente por factores políticos para ficar sujeita, sobretudo, aos diktat da economia. Do mesmo passo esse condicionamento tornou-se menos evidente e, por conseguinte, mais pernicioso porque menos “denunciável” à luz do conceito clássico da censura.

2. A pressão do mercado (não vejo a que controlo tecnológico se referem) interfere com a liberdade de imprensa através da influência directa que é exercida pelos grupos económicos que são proprietários dos media, sobre as redações. Um jornalista com um contrato de trabalho precário, que actua sobre ele como uma espada de Dâmocles, fica vulnerável e defende-se adoptando comportamentos auto-censórios ou acatando sem protestos as imposições da sua hierarquia, ainda que elas violem o código deontológico.

3. Numa imagem fácil as “redes sociais” são como as beatas à saída da missa ou como os bêbados à porta da taberna: anónimos nas críticas que fazem, ao mesmo tempo que se apoiam e reconfortam uns aos outros. São o contrário do que deve ser o jornalismo. Ainda assim, convém não esquecer que alguns jornalistas foram e são os grandes responsáveis pela expressão que essas redes ganharam no espaço público ao atribuir-lhes o estatuto de fontes de informação. Trata-se de um fenómeno que ainda hoje é perpetuado por alguns “polígrafos” com o pretexto de as denunciar.

4. É uma enorme incógnita. Sem liberdade de Imprensa não há democracia, mas o facto é que os excessos cometidos por alguns media começam a pôr essa liberdade em causa. Ao confundir solidez de informação com rapidez de comunicação, os jornalistas abdicam do rigor e do seu corolário mais importante, a credibilidade - qualidades específicas que os distinguem (ou deviam distinguir) dos “agentes” que actua nas “redes sociais”. A tentativa levada a cabo pelo presidente Macron, em França, há dois anos, para “purificar” o jornalismo foi um primeiro alerta.

Jorge Wemans – Ex-provedor da RTP

Jorge Wemans foi diretor de programas da RTP2 entre 2006 e 2012 e provedor da RTP entre 2016 e 2020.



“As redes sociais, as notícias falsas e a instantaneidade do digital roubam espaço, importância e relevância ao jornalismo”

1. O quadro legal e a prática real não impõem hoje problemas graves à liberdade de imprensa em Portugal. A verdadeira restrição à Liberdade de Imprensa vem das condições económicas: não há atualmente (em Portugal como nos restantes países,) um modelo económico-financeiro que permita garantir o exercício pleno da Liberdade de Imprensa.

2. A Liberdade de Informação está fortemente posta em causa pelas limitações económicas referidas na resposta anterior sobre a Liberdade de Imprensa e pelas suas consequências em termos da falta de recursos humanos e financeiros postos à disposição das redações. Está também muito condicionada pelo poder dos gabinetes de Imprensa, Agências de Comunicação e outros centros que controlam a agenda dos media. Está limitada pela concorrência instantânea do mundo dos media digitais que não permite o aprofundamento e a investigação dos acontecimentos e processos noticiados. Está ainda muito condicionada pelas audiometrias que impõem “sugestões” muito fortes do que deve se tratado pelos jornalistas a partir das indicações recebidas sobre o que foi mais visto, “clicado”, ouvido, lido... Finalmente, a Liberdade de Informação encontra-se restringida pela salazarista tradição da Administração Pública portuguesa negar recorrentemente o acesso dos jornalistas à informação que solicitam e a lei obriga que lhes seja cedida.

3. As redes sociais, as notícias falsas e a instantaneidade do digital roubam espaço, importância e relevância ao jornalismo. Permitem a sensação de que todos podem ter acesso direto à informação sem intermediários que a enviesem. Possibilitam o conhecimento de opiniões livres sem o crivo dos media tradicionais. Estimulam todos e cada um a emitir a sua opinião e a relatar os factos (reais ou imaginários) que melhor entende.

A esmagadora maioria dos jornalistas funciona com as redes sociais, esquecendo as regras de comunicação a que está profissionalmente obrigado (mesmo quando as cumpre zelosamente quando edita peças jornalísticas no media para o qual trabalha) Só uma elite muito consciente percebe a urgência de restabelecer a relevância do jornalismo e da relação intrínseca entre jornalismo de qualidade e democracia.

4. O jornalismo está a passar um mau bocado e vai continuar assim por mais uns anos. Creio que as enormes consequências da atual irrelevância do jornalismo no que diz respeito à degradação da qualidade da democracia, à capacidade de reconhecimento coletivo do que é a verdade dos factos (liberta de preconceito ideológico) e para o desaparecimento de qualquer instância de credibilidade social coletivamente reconhecida, todas estas consequências e ainda outras igualmente graves, produzirão um sobressalto que nos conduzirá a um jornalismo mais exigente, mais sério, menos sensacionalista e mais respeitável e respeitado. Mas ainda estamos longe desse sobressalto.



ÁGUAS DA BARRAGEM NÃO AFOGAM LÁGRIMAS

Ribeira de Pena





As águas da barragem de Daivões sobem, há meses. O projeto começou em 2010, mas só em 2019, com expropriações, as aldeias começaram a ferver. Os conflitos com a IBERDROLA, empresa responsável pelo empreendimento hidroelétrico, saltaram para os média.

Várias famílias resistiram. As comunidades de Santo Aleixo, Ribeira de Baixo, Balteiro e Friúme (aldeia onde Camilo viveu cerca de um ano) foram desfeitas. O tribunal arbitral ainda tem vários casos por resolver. Há silêncios que guardam mágoas e revoltas. Algumas pessoas mostram medo de falar.

Temem consequências da liberdade de expressão a que têm direito.

Represálias? Restos do passado ditatorial? Falta de convivência democrática?

Não é fácil responder. Mas a reportagem do Ágora recebeu vários não. Nem nome, nem foto. Por medos escondidos.



Antiga Ponte de Arame 2020



Ponte de Arame 2021



Ponte de Arame 2021



Barragem de Daivões integrada no SET - Sistema Eléctroprodutor do Tamega



A pesar disso, há quem não tema, bradando contra injustiças. É o caso de Vitória Ferreira que não consegue conter as lágrimas: “A mim davam-me 30.000 euros pela minha casa, o que não dava nem sequer para comprar o terreno... Até à data de hoje ainda não resolveram o meu problema.” Acrescenta: “Choca-me muito falar disso, porque no lugar onde eu morava vivia tranquila, podia ter animais... e hoje destruíram tudo o que eu tinha”

Natural de Friúme, Vitória põe o dedo na ferida: “Fomos avisados com antecedência de que íamos ficar sem a casa... só não sabíamos que

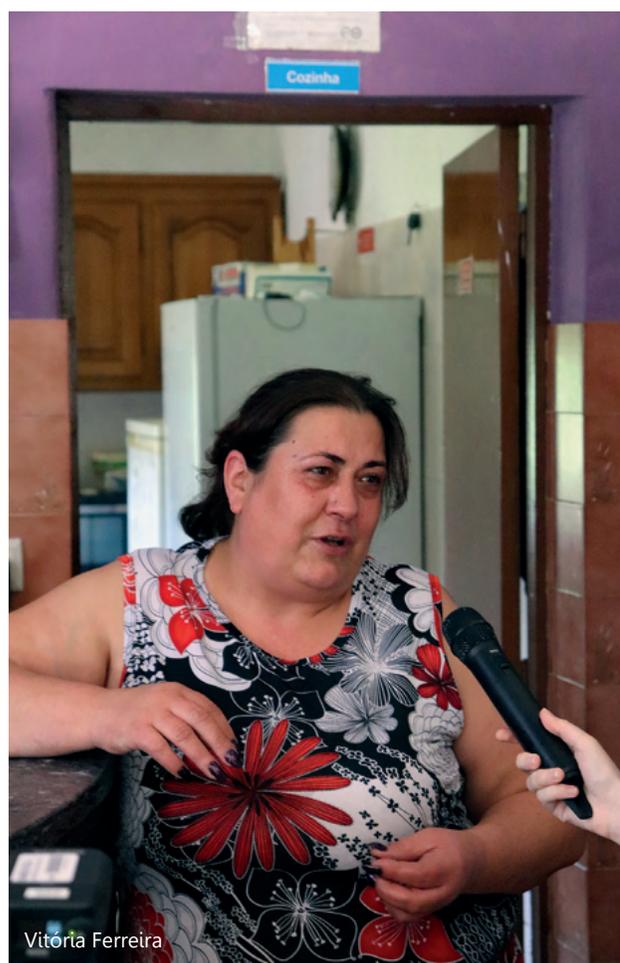
íamos ficar tanto tempo à espera do dinheiro para construirmos outra”. E conclui: “Se tivessem pensado nos moradores, a esta altura já todos tínhamos casas para morar e não temos”. José Vilela também não se conforma. Perdeu a casa de Ribeira de Baixo e vive em Santo Aleixo. Diz o que muitos pensam: “Para nós a construção da barragem só nos deu prejuízo... tínhamos três passagens para circular entre as aldeias, alagaram as duas pontes: a ponte de arame e a ponte principal em pedra que era maravilhosa”.

Para as injustiças ainda há alguma esperança. Para as ruínas, não.

Perdidas no fundo da albufeira - esperança para o turismo de nova geração - ficaram ex-libris como a “ilha dos amores” (referência de Camilo Castelo Branco), além de uma ponte, uma capela e a travessia quase centenária da velha ponte de arame.

Para a história do progresso, Daivões guarda restos do passado.

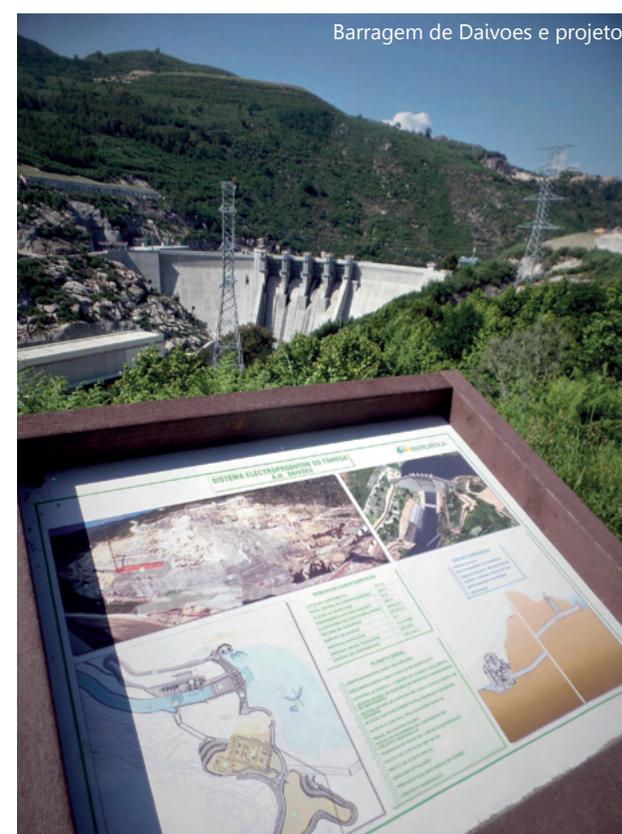
Hoje, as águas escondem ruínas de aldeias submersas. Não afogam lágrimas, nem saudades.



Vitória Ferreira



José Vilela



Barragem de Daivões e projeto



Uma das casas a ser reconstruída com verbas da Iberdrola, em Senra

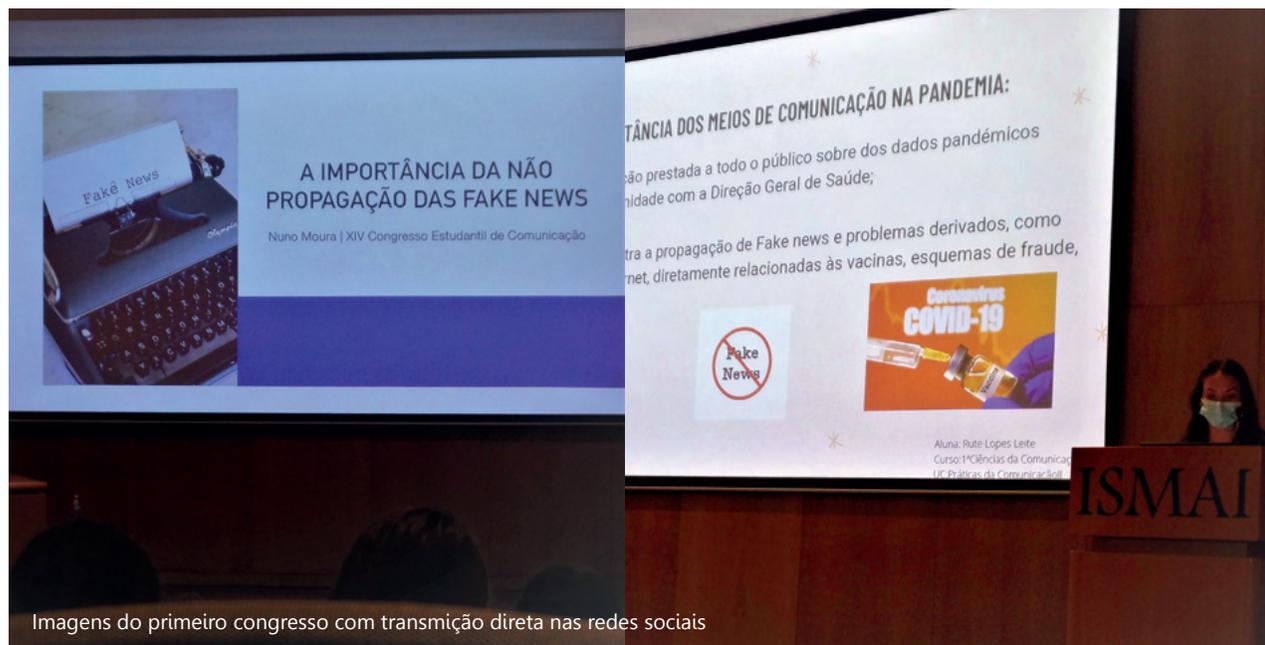


Ilha dos Amores



CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NO ISMAI

XIV Congresso Estudantil de Comunicação : “Comunicação em Série” e outras atividades



Seminários Ágora 2020-2021





A CARTA DA DISCÓRDIA

A lei (n.º 27/2021) tem um nome pomposo: Carta Portuguesa de Direitos Humanos na Era Digital. Para combater a desinformação. Passou incólume no Parlamento. Foi promulgada pelo Presidente da República, sem reparos. Data: 17 de maio de 2021.

Nas redes, um alerta. Depois, um vendaval: vem aí a Censura! A delação!

O Artigo 6º torna-se o centro da discórdia. Ilustres comentadores elevam a voz: “A inquisição, a censura e o estado”; “Aliança entre os censores e os que assinam de cruz”; “Censura má e censura boa”; “ameaça ao debate político”; “querem instituir um Ministério da Verdade”.

Alguns partidos despertam. CDS-PP e IL avançam com iniciativas parlamentares. O PS, autor da lei, apresenta a respetiva Regulamentação. E o debate parlamentar já tem data marcada: 20 de julho.

O CDS e a IL propõem a revogação total do Artigo 6º.

O PS aposta na regulamentação do mesmo artigo.

O autor da redação da lei e da regulamentação, José Magalhães, falou ao Ágora.

1 - Que leis idênticas existem já na Europa, com o teor do artigo 6º?

Há cada vez mais legislação reguladora da vida no ciberespaço. A pandemia veio reforçar a sua necessidade, designadamente para combate ao crime que subiu exponencialmente nos últimos meses.

Tratando-se da Internet mundial, a criação de legislação europeia diretamente aplicável nos Estados-Membros da UE tem tido primazia. Depois de anos a marcar passo, foi aprovado e entrou em vigor durante a presidência portuguesa do Conselho da UE, o regulamento para remoção de conteúdos terroristas *on-line* (no prazo máximo de uma hora após a sua deteção). Um regulamento transitório (para vigorar até ao fim de 2023) veio habilitar os prestadores de conectividade e armazenamento a usar inteligência artificial para detetar e remover conteúdos ilegais. Em matéria de combate às violações de direitos de autor, uma diretiva de 2019 deveria ter sido transposta em todos os Estados-Membros. A Alemanha deu o tiro de partida com a aprovação da *Netzwerkdurchsetzungsgesetz*, *NetzDG*, que visou garantir a lei e ordem nas redes sociais. Pormenorizada e fraturante (foi atacada por ciberanarquistas e espíritos confusos) a lei não produziu qualquer hecatombe censória. O faroeste não é opção.

Está em gestação na geringonça legislativa da União um “regulamento sobre serviços digitais” que prevê a remoção de conteúdos ilegais.

É um desconhecido da imprensa lusitana, mas aguarda-se a

qualquer momento que ela acorde e nos alarme sobre mais uma peça de “censura” iminente.

2 - Como contrariar os argumentos sobre o risco de “censura digital” e de limitação da liberdade?

Lendo e não treslendo a lei. Ela consagra para publicações digitais o mesmíssimo direito de queixa à ERC hoje previsto para publicações em média tradicionais. Mas não especifica que publicações ficam abrangidas nem quais os poderes da ERC. Não o faz porque isso só pode ser definido através da revisão do Estatuto da ERC que exige maioria qualificada de 2/3. Acalmados os ânimos será possível uma solução que não peça à ERC mais do que ela pode dar. Os cidadãos podem sempre exercer o direito de ação popular digital junto dos tribunais. E podem boicotar os desinformadores não partilhando lixo nem lhe ligando.

3 - Qual a sua expectativa sobre a votação parlamentar dos projetos de revogação do artigo 6º e da regulamentação do PS?

A ideia de meter a cabeça na arca não é genial. Ia dando uma segunda vitória falcatruda a Trump e revela um grande desconhecimento da dinâmica posta em marcha pela Comissão Europeia e pelo Conselho. Regularizar enterrará equívocos e colocará o foco do debate no lugar certo.



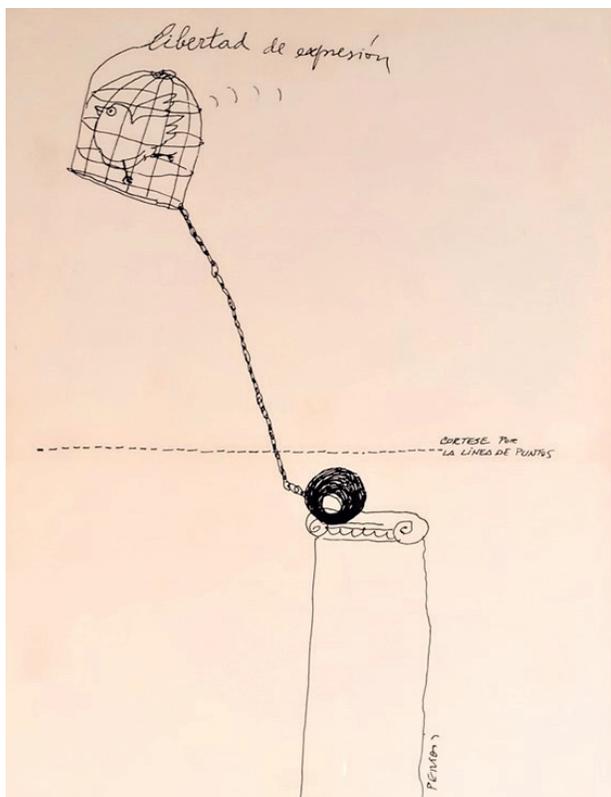
Deputado José Magalhães: “O faroeste não é opção” (foto DR)

ARTIGO 6º

DIREITO À PROTEÇÃO CONTRA A DESINFORMAÇÃO

- 1- O Estado assegura o cumprimento em Portugal do Plano Europeu de Ação contra a Desinformação, por forma a proteger a sociedade contra pessoas singulares ou coletivas, de jure ou de facto, que produzam, reproduzam ou difundam narrativa considerada desinformação, nos termos do número seguinte.
- 2- Considera-se desinformação toda a narrativa comprovadamente falsa ou enganadora criada, apresentada e divulgada para obter vantagens económicas ou para enganar deliberadamente o público, e que seja suscetível de causar um prejuízo público, nomeadamente ameaça aos processos políticos democráticos, aos processos de elaboração de políticas públicas e a bens públicos.
- 3- Para efeitos do número anterior, considera-se, designadamente, informação comprovadamente falsa ou enganadora a utilização de textos ou vídeos manipulados ou fabricados, bem como as práticas para inundar as caixas de correio eletrónico e o uso de redes de seguidores fictícios.
- 4- Não estão abrangidos pelo disposto no presente artigo os meros erros na comunicação de informações, bem como as sátiras ou paródias.
- 5- Todos têm o direito de apresentar e ver apreciadas pela Entidade Reguladora para a Comunicação Social queixas contra as entidades que pratiquem os atos previstos no presente artigo, sendo aplicáveis os meios de ação referidos no artigo 21.º e o disposto na Lei n.º 53/2005, de 8 de novembro, relativamente aos procedimentos de queixa e deliberação e ao regime sancionatório.
- 6- O Estado apoia a criação de estruturas de verificação de factos por órgãos de comunicação social devidamente registados e incentiva a atribuição de selos de qualidade por entidades fidedignas dotadas do estatuto de utilidade pública.

ENRIQUE BUSTAMANTE (1949-2021) - UM AMIGO DE PORTUGAL E DO ISMAI



A notícia caiu pesada, há poucos dias. Inesperada. Em Málaga, finava a 20 de junho Enrique Bustamante Ramirez, amigo de longa data, académico íntegro, com obra feita e muitas lutas pela cidadania ativa. Catedrático da Universidade Complutense de Madrid, Bustamante dinamizou diversas instituições e projetos de Ciências da Comunicação.

Era presidente da AE-IC e foi presidente da AssIBERCOM. Esteve em diversos congressos IBERCOM, designadamente no ISMAI (em 2002), no Funchal (2009) e em Santiago de Compostela (2013). Neste IBERCOM, falou à reportagem do Agora: “Em ambos os países (Portugal e Espanha), a televisão nasceu na ditadura. Não nasceu como serviço público senão como uma televisão do regime. Aí herdamos, antes da democracia, toda uma visão instrumental da televisão e da rádio pública que demora anos, décadas, a reformar. Portanto, temos que... fazer uma renovação do conceito de serviço público adaptado à era digital e aos novos meios de comunicação, que seja capaz de estabelecer um novo equilíbrio com o mercado e com os grupos privados. Mas que garantam o pluralismo ideológico e a diversidade cultural.”

A relação de Bustamante com o ISMAI está patente na biblioteca. O Fundo Enrique Bustamante baseado em centenas de livros oferecidos por ele, em 2011, atesta o seu carinho pelo ISMAI. Tinha aceitado participar no Mestrado em Jornalismo Multiplataforma do ISMAI e só a pandemia o impediu em 2020.

Em 2001, abriu uma série de conferências na Porto - Capital Europeia da Cultura.



Uma das últimas mensagens dele é de 26 de abril último. Sobre a evocação da ‘revolução dos cravos’, escreveu: “De 14 (implantação da 2ª República em Espanha, 1931) a 25 de abril, duas datas distantes, mas honrosas, simbólicas de povos irmãos”.

Conheci-o em Madrid, durante uma jornada de luta pela Liberdade de Expressão, em 1980, a propósito da censura à película *El Crimen de Cuenca*, de Pilar Miró. Acontecia quatro anos depois da morte do ditador Franco. A democracia começava a dar os primeiros passos em Espanha. Processo lento, cheio de feridas e obstáculos.

A ‘Unión de Periodistas’, organizadora do evento, estava a formar-se e Bustamante era um dos dinamizadores. Guardo dessa jornada (em que representei o SJ), um cartaz bem atual. O desenho de Peridis, caricaturista espanhol, ganha particular atualidade nesta edição. É uma pequena homenagem a Bustamante, pelas suas lutas e reflexões sobre os media em democracia.

Até logo e sempre, Enrique.

LHM